

José Fernando Lopes de Almeida

**O desenvolvimento nos territórios de baixa densidade: O potencial endógeno
no município de Oliveira de Frades**

Relatório de Estágio do Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e
Territórios Saudáveis, orientado pelo Professor Doutor Rui Jorge Gama
Fernandes, apresentado ao Departamento de Geografia e Turismo da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2019



FACULDADE DE LETRAS

O desenvolvimento nos territórios de baixa densidade: O potencial endógeno
no município de Oliveira de Frades

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	O desenvolvimento nos territórios de baixa densidade: O potencial endógeno no município de Oliveira de Frades
Autor/a	José Fernando Lopes de Almeida
Orientador/a	Doutor Rui Jorge Gama Fernandes
Júri	Presidente: Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás Vogais: 1. Doutor João Luís Jesus Fernandes 2. Doutor Rui Jorge Gama Fernandes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis
Área científica	Geografia
Especialidade/Ramo	Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis
Data da defesa	23-10-2019
Classificação	14 valores



Agradecimentos

Durante o estágio e posterior realização deste relatório, muitos foram os que contribuíram para a realização e sucesso do mesmo. Assim sendo, agradeço desde já ao Professor Doutor Rui Jorge Gama Fernandes pelas recomendações e disponibilidade oferecida durante e após o período de estágio.

Agradeço também à minha orientadora por parte da entidade de acolhimento, Dr.^a Graça Gonçalves pela atenção e apoio na coordenação e no desenrolar do estágio, bem como a todos os associados da Unidade Flexível em que estive inserido que tão bem me receberam e de certa maneira ajudaram. Uma palavra de agradecimento também á Câmara Municipal de Oliveira de Frades, em especial a todos os que contribuíram para que a realização do estágio fosse possível.

À minha família, em especial à minha mãe e irmão, que sempre me apoiaram e incentivaram nas horas mais difíceis e indecisão ao longo de todo o percurso académico.

Uma palavra de gratidão para todos os meus colegas e amigos pelo apoio e pelos grandes momentos que me proporcionaram durante estes anos.

A todos vós um Bem-Haja!

Resumo

Os Territórios de Baixa Densidade necessitam nos dias que correm de particular atenção por parte da comunidade e dos políticos em particular.

Atualmente, o país enfrenta um grave problema estrutural de envelhecimento da população assistindo ao processo de despovoar das áreas do interior, não apenas de recursos humanos, mas também de bens e serviços de apoio às populações, levantando várias questões relacionadas com os desafios que os territórios rurais, nomeadamente os de baixa densidade enfrentam, tendo em vista o seu desenvolvimento e coesão de modo a promover e preservar a qualidade de vida dos cidadãos e a promoção destes.

As regiões do litoral estão cada vez mais desenvolvidas, no centro económico-financeiro e político do país, concentrando no seu território elevado número de recursos humanos, empresas e serviços, enquanto que o Interior se vê a braços dados com a baixa densidade e falta de apoio e recursos.

Por via da descentralização administrativa para o poder local (CCDR/CIM/Autarquias), através de políticas públicas cada vez mais orientadas para a coesão e desenvolvimento dos territórios rurais, aliada à crescente aposta no setor industrial e de transformação com base na inovação e especialização dos recursos e com o setor turístico a ganhar protagonismo de ano para ano, cresce a necessidade de valorização do desenvolvimento local com base no capital territorial disponível nos territórios, de modo a tornarem-se cada vez mais resilientes e atrativos ao investimento e fixação externos tendo em vista a sua valorização.

Palavras-chave: Territórios de Baixa Densidade; Desenvolvimento Local; Governança; Recursos Endógenos; Oliveira de Frades.

Abstract

Low Density Territories need nowadays particular attention from the community and politicians in particular.

Nowadays, the country is currently facing a serious and structural problem of population aging as it is depopulating the interior areas, not only of human resources, but also of goods and services to support the population, raising a number of issues related to the challenges facing the territories. rural areas, particularly those with low density, face their development and cohesion in order to promote and preserve the quality of life of citizens and their promotion.

The coast regions are increasingly developed and in the center of economic, financial and political, concentrating on their territory a large number of human resources, businesses and services, while the Interior is struggling with low density and lack of resources. support and resources.

Currently, through administrative decentralization to the local government (CCDR / CIM / Municipalities), through increasingly oriented public policies for the cohesion and development of territories, coupled with the growing focus on the industrial and manufacturing sector, based on innovation. resources specialization, and with the tourism sector gaining prominence from year to year, need for valuing local development on the basis of the territorial capital available in the territories is growing, in order to become increasingly resilient and attractive to external investment and fixation with a view to its valorization.

Key-words: Low Density Territories; Local Development; Governance; Endogenous Resources; Oliveira de Frades.

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo	5
1. Introdução.....	11
1.1. Entidade de acolhimento e atividades desenvolvidas	11
1.2. Apresentação do tema, estrutura e objetivos do estágio e metodologia adotada	16
2. O conceito/perspetivas de desenvolvimento para os territórios de baixa densidade	19
2.1. Territórios de baixa densidade: o que são e porque falamos deles.....	19
2.2. Que desenvolvimento para os territórios com estas características?	26
2.2.1. A importância do capital territorial	29
3. A importância do poder local no modelo de desenvolvimento territorial dos territórios de baixa densidade	33
3.1. Descentralização administrativa: notas introdutórias.....	33
3.2. Governação e governança: a relevância prática do poder local	34
4. Oliveira de Frades: Perspetivas e desafios que se colocam ao município.....	37
4.1. Caracterização física do território	37
4.2. Caracterização climatológica.....	41
4.3. Caracterização dos ativos presentes no território	43
5. Que desenvolvimento para o concelho?.....	55
5.1. Valorização/promoção do potencial endógeno do concelho de Oliveira de Frades 57	
5.2. O turismo gerador de riqueza e valorização do espaço	59
6. Conclusão.....	65
Bibliografia.....	67
Anexos.....	71
Anexo 1. Organograma da organização dos serviços municipais	71
Anexo 2. Oferta turística disponível por freguesia	72
Anexo 3. Plantas de Condicionantes.....	74

Índice de Figuras

Figura 1. Identificação do tecido empresarial presente no concelho de Oliveira de Frades.....	13
Figura 2. Oferta turística presente no concelho de Oliveira de Frades	14
Figura 3. Sítio online da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões para upload de informação relativa ao município.....	15
Figura 4. Significados semelhantes para territórios de baixa densidade e território rural	22
Figura 5. Vulnerabilidades e ameaças que se colocam ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade	24
Figura 6. Os territórios de baixa densidade.....	25
Figura 7. Modelo de desenvolvimento endógeno	30
Figura 8. Os diversos atores no processo de governança.....	34
Figura 9. Carta do modelo digital de terreno.....	37
Figura 10. Carta de declive	38
Figura 11. Carta de exposição solar	39
Figura 12. Carta de Ocupação do solo 2007	48
Figura 13. Localização das empresas presentes no concelho	49
Figura 14. Distribuição dos Equipamentos de apoio à população presentes no concelho	51
Figura 15. Distribuição da Rede Viária no concelho	52
Figura 16. Rede de Acessibilidades e de Mobilidade no concelho.....	52
Figura 17. Património presente no concelho	58
Figura 18. Oferta turística presente no concelho de Oliveira de Frades	60
Figura 19. Processos inerentes à instalação de Áreas de Serviço para autocaravanas	64

Índice de Tabelas

Tabela 1. Síntese das tipologias, segundo as classes de baixa densidade e os principais critérios de diferenciação para os territórios de baixa densidade.	20
Tabela 2. Definições apresentadas para Territórios de Baixa Densidade segundo alguns autores.....	21
Tabela 3. Evolução da População Residente no Concelho e por Freguesia no período de 1911 e 2011	43
Tabela 4. Outros Indicadores Demográficos para o concelho de Oliveira de Frades, 2001 e 2011.....	44
Tabela 5. População residente segundo a condição perante a atividade económica no concelho, região Centro e Portugal – 2001 e 2012.....	45
Tabela 6. População residente no concelho, com 15 ou mais anos, sem atividade económica, perante a condição de atividade económica no período 2001 e 2012.....	45
Tabela 7. População residente, empregada, segundo o setor de atividade económica, no concelho, região centro e Portugal – 2001 e 2012.....	46
Tabela 8. População agrícola - dados gerais.....	47
Tabela 9. Análise SWOT para o município.....	56
Tabela 10. Património Cultural Classificado.....	59
Tabela 11. Percursos Pedestres existentes no concelho de Oliveira de Frades	62

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Temperatura média para a região de Viseu Dão- Lafões no período 1971-2000.....	41
Gráfico 2. Precipitação média mensal para a região de Viseu Dão-Lafões no período 1971-2000	42

Siglas

CAE- Código atividade económica

NIF- Número Identificação Fiscal

INE- Instituto Nacional de Estatística

SIG- Sistemas de Informação Geográfica

PMOT- Planos Municipais de Ordenamento do Território

PDM- Plano Diretor Municipal

TBD- Territórios de Baixa Densidade

GAM- Grandes Áreas Metropolitanas

CIM- Comunidade Intermunicipal

CCDR- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

ANMP- Associação Nacional Municípios Portugueses

ComUrb- Comunidades Urbanas

CIC- Comissão Interministerial de Coordenação

U.F- União de Freguesias

APA- Agência Portuguesa do Ambiente

INE- Instituto Nacional de Estatística

EP- Estradas Portugal

EN- Estrada Nacional

PR- Pequena Rota

DRAPC- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

ASA- Área de Serviço para Autocaravanas

TP- Turismo de Portugal

1. Introdução

1.1. Entidade de acolhimento e atividades desenvolvidas

O presente relatório de estágio pretende descrever as atividades desenvolvidas na instituição Câmara Municipal de Oliveira de Frades, na Unidades Flexível de 2.º Grau, no Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Informação Geográfica, correspondendo à última fase do curso de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Território Saudáveis, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A orientação do estágio ficou a cargo do Professor Doutor Rui Jorge Gama Fernandes, por parte da Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e pela Doutora Graça Gonçalves, como supervisora de estágio.

O estágio realizado na instituição Câmara Municipal de Oliveira de Frades, decorreu especificamente na Unidade Flexível de 2.º Grau de Planeamento, Urbanismo e Ambiente. Com base no Despacho nº 857/2011, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal de Oliveira de Frades torna público que, para cumprimento do disposto no n.º 6 do art. 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, aprovou em reunião extraordinária de 3 de Dezembro de 2010 o modelo de Estrutura Hierarquizada, bem como a sua Estrutura Flexível dos Serviços Municipais onde define a organização, estrutura e funcionamento dos serviços autárquicos.

Atendendo ao ponto n.º 2 do Artigo 20.º do suprarreferido regulamento, a esta unidade flexível de 2º grau, compete a regularização dos serviços que lhe são afetos, sendo eles o Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Informação Geográfica, o Gabinete de Obras Públicas e o Gabinete de Ambiente, Saúde Pública e Recursos Naturais.

Além disto, compete ainda coordenar uma série de outras atividades não tão menos importantes, de que são exemplo a administração de todas as obras ou trabalhos de construção no território administrativo; realizar e coordenar os processos desde a elaboração, aprovação e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; elaborar e coordenar projetos relacionados com as Reservas Agrícola e Ecológica Nacional; desenvolver técnicas e métodos de gestão do território; salvaguardar a

proteção do património natural e proteção e defesa da qualidade ambiental, bem como a sua valorização e requalificação; emitir pareceres acerca das temáticas supramencionadas; emitir alvarás e licenciamentos; promover a atividade de fiscalização técnica de obras; colaborar com outros gabinetes nas suas ações se for o caso.

Basicamente, esta Unidade Flexível é responsável pela maioria das intervenções feitas no território sob administração da autarquia, sendo que as atividades desenvolvidas decorreram concretamente nos serviços do Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Informação Geográfica.

Cabem a este gabinete em específico, as funções de emitir licenças e pareceres aos pedidos de construção no município; fazer cumprir os PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território); prestar informações acerca das condições legais de construção; manter atualizado o sistema de recolha, tratamento e gestão da informação geográfica; assegurar o cadastro geral das infraestruturas; gerir e emitir plantas.

O organograma (ver Anexo 1) que representa a estrutura dos serviços da Câmara Municipal de Oliveira de Frades está organizado em sentido vertical, conferindo diferentes graus entre gabinetes e unidades. No topo surge representado o Presidente de Câmara seguido de 5 gabinetes específicos (Gabinete de Apoio à Presidência e Órgãos Autárquicos; Gabinete Jurídico; Serviço Municipal de Proteção Civil; Gabinete de Fiscalização, Gabinete de Compras, Candidaturas e Aprovisionamento), de seguida são apresentadas as Unidades Flexíveis de 2º Grau (Planeamento, Urbanismo e Ambiente; Desenvolvimento Social, Cultural e Humano; Administrativa e Financeira) bem como os gabinetes a estas associadas.

Atividades desenvolvidas

As atividades desenvolvidas na Câmara Municipal de Oliveira de Frades, concretamente no Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Informação Geográfica, incidiram numa primeira fase na georreferenciação em software SIG do tecido empresarial presente no concelho (Figura 1) por setor de atividade (Nome Empresa, CAE, NIF, Tipo, etc).

FID	Shap	OBJE	NOME EMPRE	CAE	NIF	CAE Desc	Tipo	Contacto	Designacao	Geofreg
273	Point	275	FERROPEDROTO, UNIPESOAAL LDA	41200	510965342	CONSTRUÇÃO	Construção Civil		FERROPEDR	181015
293	Point	294	RODRICOF - CONSTRUÇÃO CIVIL, UNIPESOA	41200	505619199	CONSTRUÇÃO	Construção Civil	232762111	RODRICOF -	181015
297	Point	298	FUTURE CAPACITY UNIPESOAAL LDA	41200	514105380	CONSTRUÇÃO	Construção Civil		FUTURE CAP	181015
5	Point	6	BeiraGlass Industria e Comercio de Vidros Lda	32996	505205408	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Indústria de Vidro	232763065	BeiraGlass In	181015
283	Point	284	FLYING EQUIPMENT SKYLINE LDA	32300	513138595	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de artigos		FLYING EQUI	181005
88	Point	89	ASP - Industria de Plásticos Lda	31093	502794020	Indústria Transformadora	Fabricação de mobiliári	232761870	ASP - Industri	181015
7	Point	8	Portax Componentes Moveis SA	31091	502286598	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas em Madeira	232760760	Portax Compo	181015
26	Point	27	Raizarte Lda	31010	508396808	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de Mobiliári		Raizarte Lda	181015
103	Point	104	Cisfra - Industria Metalomecânica, Lda	29200	504125770	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Indústria MetaioMecâni	232752113	Cisfra - Indus	181014
151	Point	156	BRANTINOX - FABRICO DE EQUIPAMENTOS E	28250	506376060	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas em Metal	232750010	BRANTINOX -	181014
4	Point	5	Ventipower SA	28110	50854442	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de Motores	234700260	Ventipower S	181005
160	Point	165	BENZALUZ - EMPRESA DE ILUMIN. LDA	27400	505158841	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas em Metal		BENZALUZ -	181015
93	Point	94	Emicruz Ida	25992	502332964	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de Produto	232762855	Emicruz Ida	181015
94	Point	95	ITALC	25992	504439480	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de Produto	232762953	ITALC	181015
174	Point	179	Escadimais	25992	505243482	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas Metálicas	232763864	Escadimais	181015
102	Point	103	Levi Carvalho	25720	503551864	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de Fechad	232752183	Levi Carvalho	181014
27	Point	28	Francel Dois Industria de Metal. E Cons Lda	25120	502257075	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas Metálicas	232762413	Francel Dois In	181015
176	Point	181	Sifergal	25120	501954880	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas Metálicas	232781425	Sifergal	181002
21	Point	22	Antonio Jacinto Pedroto	25110	168709031	Industria Tranformadora	Serralharia	919 581 110	Antonio Jacin	181015
62	Point	63	J.C. Barros Lda	25110	507273770	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas Metálicas	968675534	J.C. Barros L	181015
84	Point	85	AMADEU F. DOMINGUES - SERR, CORTE E QUI	25110	506399982	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Obras de Carpintaria	232761204	AMADEU F. D	181015
142	Point	145	Tecniflões - Lareiras	23703	503812315	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de artigos	232761649	Tecniflões -	181005
168	Point	173	Granimundo	23703	502529091	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Indústria de Granitos	232760215	Granimundo	181015
140	Point	143	Mercado da Pedra II	23701	509091326	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Industria de Pedras	253304200	Mercado da P	181015
18	Point	19	PREVICON - Pre Esforçados SA	23610	500618747	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas em Betão	232760220	PREVICON - P	181015
97	Point	98	Acaíl Acetileno, S.A.	20110	506273890	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de Gases	232758189	Acaíl Acetlien	181014
28	Point	29	R D Artes Graficas Lda	18130	503727660	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Impressão e Produtos	232762774	R D Artes Gr	181015
175	Point	180	Vougapak	17212	503812307	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Fabricação de papel e		Vougapak	181007
69	Point	70	Carmen & Pedrosa	18291	502020997	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Obras de Carpintaria	232762944	Carmen & Pe	181015
166	Point	171	TOSCA	18291	503150100	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORA	Estruturas em Madeira	232762487	TOSCA	181015

Figura 1. Identificação do tecido empresarial presente no concelho de Oliveira de Frades (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

Numa fase posterior foi-me proposto que atualizasse a base de dados da oferta turística presente no território ao nível dos empreendimentos turísticos, dos percursos pedestres, bem como do diverso património existente (Figura 2) e por freguesia (ver Anexo 2) de modo a que a interpretação da informação fosse facilitada.

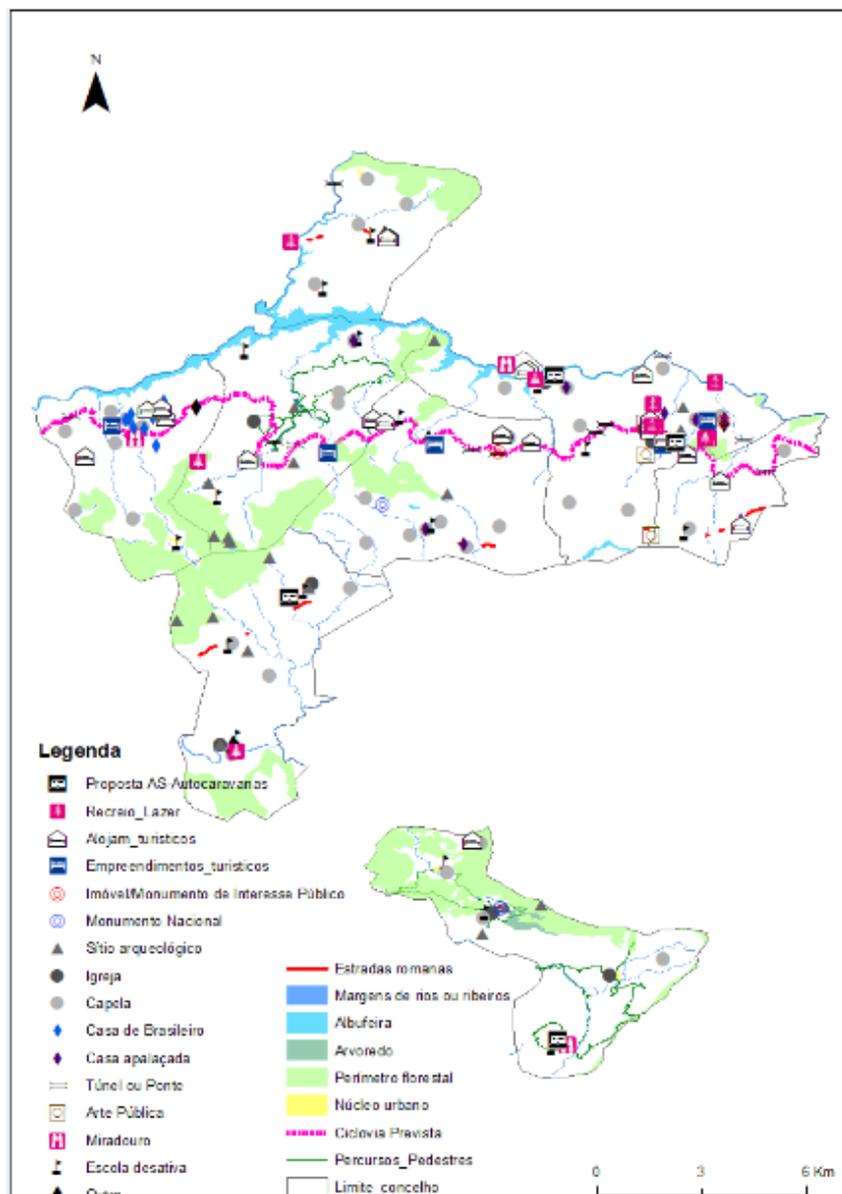


Figura 2. Oferta turística presente no concelho de Oliveira de Frades (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

Esta informação da oferta turística presente no território foi disponibilizada pelo Gabinete de Planeamento, Urbanismo e Informação Geográfica, em formato de *shapefile* com base no Plano Diretor Municipal do Município de Oliveira de Frades.

Ainda dentro da área do turismo foi-me pedido que procedesse ao upload de informação diversa para um projeto da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões (Figura 3) em que o município está inserido.

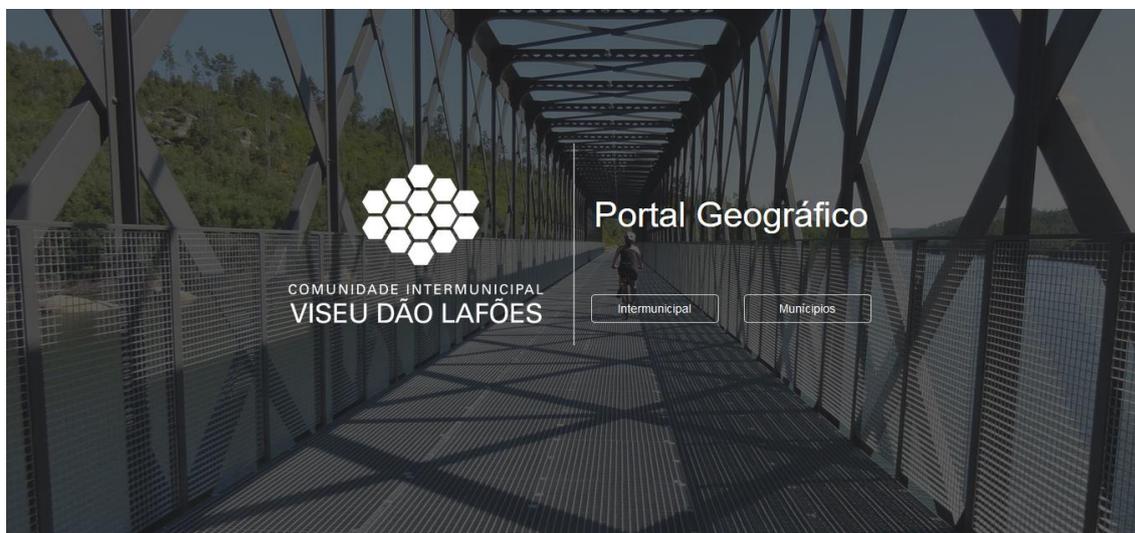


Figura 3. Sítio online da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões para upload de informação relativa ao município. (Fonte: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão-Lafões, 2019)

Em um outro momento participei numa palestra a alunos do ensino secundário da área de Geografia em que o tema central foi explicar a importância que o PDM e a cartografia têm no planeamento e na organização dos territórios.

Num segundo momento foi-me solicitado que procedesse a elaboração de um estudo com vista à instalação de uma área de serviço para autocaravanas (ASA) de modo a dinamizar o território bem como dotá-lo de equipamentos de apoio ao turismo no concelho, tendo presente a carta de condicionantes (RAN, REN, PDM) para o município.

Já numa fase final do estágio, precedi ao aperfeiçoamento de técnicas em software *QGIS* em contexto da REN do município.

1.2. Apresentação do tema, estrutura e objetivos do estágio e metodologia adotada

Apresentação do tema e sua importância

A escolha de fazer estágio em particular numa Autarquia teve muito a ver com o interesse em conhecer o funcionamento e dinâmicas associadas a este tipo de organismo que sempre despertou interesse da minha parte. Contudo, o principal objetivo foi o de aliar os conhecimentos teóricos adquiridos em contexto académico, às competências práticas alcançadas durante o período de estágio, competências essas ao nível do planeamento e ordenamento do território, turismo, proteção civil e das diferentes atividades afetas ao gabinete em que estive inserido.

A escolha do Município prendeu-se ainda com as características que se pretendia estudar como tema do estágio, ou seja explorar as características do território, o desenvolvimento num território marcadamente rural e do interior do país em que as oportunidades de prosperidade são reduzidas e perceber como o poder local, nomeadamente as autarquias, atuam no espaço e junto das comunidades de modo a promover a coesão e o desenvolvimento local sustentável.

Estrutura e objetivos do relatório de estágio

A estrutura do presente relatório divide-se essencialmente em 3 grandes partes. Numa primeira parte, são abordadas as questões relacionadas com os Territórios de Baixa Densidade, tais como as características que apresentam, bem como identificar as possíveis estratégias a adotar por parte destes territórios de modo a possibilitar o seu desenvolvimento. Noutro momento, são retratadas as questões ligadas à gestão destes territórios pelo poder local (Autarquias locais) e o papel fundamental que os municípios têm na gestão do território e na sua valorização, assumindo-se como a principal instituição pública que “dá voz” às necessidades dos seus cidadãos, defendendo os interesses do território, junto do poder central. As questões da

descentralização de competências e da boa governação por parte destas entidades de gestão pública também serão retratadas e trabalhadas de forma a perceber de que modo deve atuar esta entidade no espaço.

A segunda parte do relatório corresponde, partindo de uma análise mais local, à caracterização detalhada do concelho de Oliveira de Frades (características físicas do território; apresentar/descrever os ativos presentes no concelho; perceber a importância dos recursos endógenos associado ao desenvolvimento do território, em grande medida através do setor turístico.

Na terceira e última parte, através da elaboração da análise SWOT para concelho são traçadas possíveis áreas estratégicas de atuação, tendo em vista a coesão, valorização e o desenvolvimento do território.

No início do estágio, à medida da ambientação à rotina e quotidiano do gabinete em que ocorreu o estágio e após a escolha ainda que provisória do tema do relatório a desenvolver, definiram-se os objetivos de modo a conseguir organizar e orientar o trabalho para os atingir. Desse trabalho, foram definidos os seguintes objetivos:

- Aprofundar conhecimentos na área da Geografia, nomeadamente na área do planeamento e ordenamento do território;
- Perceber que características apresentam os Territórios de Baixa Densidade;
- Conhecer o modelo de gestão autárquica, bem como as suas áreas de atuação no espaço;
- Perceber que mecanismos estão na base do desenvolvimento destes territórios;
- Delinear possíveis áreas estratégicas de atuação no território que promovam o desenvolvimento.

Metodologia adotada

A metodologia utilizada foi escolhida para dar resposta aos objetivos propostos no início do estágio, onde se procura a justificação às questões levantadas acerca dos Territórios de Baixa Densidade, da importância do Poder Local e do Desenvolvimento assente na valorização e aposta no capital territorial destes territórios e concretamente

no município de Oliveira de Frades. A recolha de bibliografia partiu das palavras consideradas chave e dos objetivos gerais traçados, de modo a justificar o assunto do presente relatório.

A recolha de informação de base teórica assentou na sua maioria, na pesquisa eletrónica, da legislação em vigor, nas bases de dados de diversas entidades (universidades, politécnicos, etc.), nos repositórios nacionais, nas plataformas estatísticas nacionais (INE e Pordata), na revista de estudos científicos, no Plano Diretor Municipal de Oliveira de Frades, entre outras fontes.

No contexto prático, as ferramentas utilizadas foram na sua maioria com base na aplicação de técnicas em *Software SIG (ArcGIS e QSIG)*, aprendidas em contexto académico e consolidadas agora, que facilitaram na produção da diversa cartografia necessária para a melhor caracterização do território, de modo a apoiar a informação teórica recolhida.

2. O conceito/perspetivas de desenvolvimento para os territórios de baixa densidade

2.1. Territórios de baixa densidade: o que são e porque falamos deles

Segundo Azevedo (2010) e Figueiredo (2009) citados por Dias (2016, p. 18) o conceito de Territórios de Baixa Densidade (TBD) tem vindo ao longo das últimas décadas, segundo diferentes perspetivas e contextos, a ser debatido e analisado por diversos teóricos e por vários organismos, o que tem vindo a originar uma considerável diversidade e heterogeneidade de tipologias acerca dos conceitos associados a este tipo de territórios.

O conceito de Território de Baixa Densidade é aparentemente simples e intuitivo, e segundo Bento *et al.* (2013, p. 570) remetem para um território rural com uma densidade populacional inferior a um limiar previamente fixado. Contudo, este conceito apresenta inúmeras interrogações tornando-se difícil definir estes territórios, dependendo muito da sua aplicação e do contexto em que é utilizado

Por sua vez analisando a Tabela 1, Bento et al. (2013, p. 572), referem a diversidade de estudos e trabalhos de investigação que têm vindo a ser produzidos em torno do conceito de Territórios de Baixa Densidade, podendo ser agrupados segundo quatro critérios, sendo eles: as dinâmicas e densidades populacionais; o nível de desenvolvimento e dinâmicas socioeconómicas; as relações urbano-rurais e acessibilidades e por fim uma abordagem multicritério.

Tabela 1. *Síntese das tipologias, segundo as classes de baixa densidade e os principais critérios de diferenciação para os territórios de baixa densidade.* (Fonte: Bento et al. (2013, p. 572))

	Tipologia	Classe de baixa densidade	Principais critérios de diferenciação
Dinâmicas e Densidades Populacionais	OCDE (1994)	Região pred. rural	Densidade Populacional
	DATAR (2011)	Comunas de baixa densidade	Densidade Populacional
	EUROSTAT (2005)	Zonas pouco povoadas	Grau de urbanização
	MiPAAF (2007)	Áreas rurais menos desenvolvidas	Densidade populacional e na altitude
	INE/DGOTDU (1998)	Áreas predominantemente rurais	Tipologia de áreas urbanas
	MADRP (2006)	Rural	Rural versus não rural
	Projeto Agro 62 (2003)	Rural de baixa densidade	Densidade rural e população agrícola
	DPP (2008)	Territórios com características de baixa densidade	Caraterísticas de baixa densidade
	IGE (2011)	Zona pouco povoada (alta, intermédia, baixa ou super baixa)	Grau de urbanização
Níveis de Desenvolvimento e Dinâmicas Socioeconómicas	Regulamento CE 1257 / 1999	Zonas de montanha e outras zonas desfavorecidas	Zonas desfavorecidas
	NICOT (2005)	Outras áreas de espaço pred. rural	Áreas urbanas e áreas de emprego rural
	DCLG (2002)	Rural	Caraterísticas socioeconómicas
	MAGRAMA (2009)	Zona rural a revitalizar	Densidade populacional, estrutura económica, nível de rendimento, posição geográfica e relação rural – urbano
	MAGRAMA (2009)	Zona rural a revitalizar	Densidade populacional, estrutura económica, nível de rendimento, posição geográfica e relação rural – urbano
	GPPAA (2003)	Rural frágil / agricultura frágil	Competitividade da agricultura e dinâmicas socioeconómicas
	RCM 42 / 2003	Portugal menos favorecido	Áreas e sectores deprimidos
Relações urbano-rurais e acessibilidades	SPESP (2000)	Áreas rurais remotas ⁷⁷	Estatísticas demográficas
	ESPON I.1.2. (2004)	Baixa influência urbana, baixa intervenção humana.	Influência urbana e intervenção humana
	DIJKSTRA e POELMAN (2008)	Regiões rurais remotas	Afastamento
	SEDD (2005)	Rural remoto Rural muito remoto	Dimensão populacional e tempo de acesso
Multicritério	ESPON EDORA (2011)	Regiões rurais remotas; Agrícola; em empobrecimento	“Grande Narrativa”
	NORDREGIO (2004)	Áreas de montanha	Topográficos (altitude e inclinação) e climáticos
	DATAR (2011)	Zona de revitalização rural	Demográficos, económicos e institucionais.
	DATAR (2012)	Rural envelhecido de muito baixa densidade	Variações socioeconómicas
	MARQUES (2004)	Classes com referência ao “contexto de baixa densidade”	Mosaico territorial
	OTALEX (2008)	Rural Dominante	Índice de ruralidade
	RUBIO TERRADO (2005)	Rural desfavorecido	Condição de ruralidade
	RAMOS (2008)	Rural de conservação e valorização ambiental Rural agrícola / florestal	Visão prospetiva
	AZEVEDO (2010)	Rural de preservação e valorização ambiental Rural agro-florestal Rural agrícola	Ocupação e dinâmica dos territórios

Os diversos critérios de diferenciação apresentados segundo as diferentes tipologias acabam por remeter para as mesmas características gerais em torno destes territórios (densidade populacional, ruralidade, características socioeconómicas, etc.), sendo que as questões relacionadas com o povoamento se apresentam como as que mais regularmente vêm sendo referidas na literatura como critério base para a definição dos

TBD. Contudo, o que parece mais correto é ter em consideração o maior número de domínios descritivos (dinâmicas e densidades populacionais; o nível de desenvolvimento e dinâmicas socioeconómicas; as relações urbano-rurais e acessibilidades; abordagem multicritério) dos territórios, ou seja, não devemos considerar que um território é de baixa densidade tendo presente apenas um domínio, tornando-se insuficiente por este facto.

Atendendo à Tabela 2, é possível ainda verificar as diferentes definições apresentadas para os Territórios de Baixa Densidade, segundo diversos autores.

Tabela 2. *Definições apresentadas para Territórios de Baixa Densidade segundo alguns autores.* (Fonte: Dias (2016, p. 21))

Azevedo (2010, p. 2)	Ramos et al. (2012, p. 57)	Ferrão (2016, p. 39)
"espaços onde há uma fraca “densidade” de pessoas, instituições, capital, infraestruturas, serviços, e sobretudo relações, iniciativas, saberes, competências e capacidade organizativa".	"territórios marcadamente rurais, climaticamente severos, com uma população envelhecida e em perda, de povoamento escasso e disperso, funcionalmente periféricos e com uma acessibilidade decrescente aos principais serviços e bens públicos, economicamente marginais e dependentes de uma agricultura de subsistência e/ou das prestações sociais públicas."	"áreas não só de baixa densidade demográfica, mas também de baixa densidade relacional, isto é, com um nível reduzido de interações quer entre pessoas (envelhecimento, fraca capacidade de mobilidade, etc.) quer entre instituições (por exemplo, cooperação entre empresas, unidades de investigação e de ensino superior e autarquias)."

Estes autores apresentam diversas características associadas a estes territórios, que na sua maioria convergem para um conjunto de debilidades comuns entre si, onde a fraca densidade demográfica, de relações e atividades económicas, com elevada número de população envelhecida, uma elevada dependência em relação a fatores externos assim como questões de acessibilidade e mobilidade reduzidas, constituem as principais preocupações para este tipo de territórios, não sendo apenas as questões da baixa

densidade e da ruralidade, mas sim um conjunto diversificado de características negativas e debilidades.

Por sua vez, Ferrão (2000, p. 46-48), reforça a ideia de que nestes territórios ocorre uma “perda de centralidade económica, social e simbólica do mundo rural”, que se reflete na falta de “espessura social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas”.

Nestes territórios marcadamente rurais, Figueiredo e Ferrão (2008) citados por Dias (2016, p.19), afirmam que “podemos encontrar áreas rurbanas nas periferias dos centros urbanos, com economias relativamente florescentes e com dinâmicas sociais e demográficas de crescimento e, inversamente, áreas completamente afastadas dos centros económicos e de decisão, com frágeis dinâmicas populacionais e socioeconómicas”, isto é, ao longo do tempo, as áreas rurais sofreram enormes transformações ao nível económico, demográfico, relacional e institucional, levando estas áreas a tornarem-se cada vez mais frágeis, remotas e longínquas.

Deste modo, os TBD caracterizam-se por deterem um conjunto de fragilidades estruturais que também estão presentes nos territórios rurais, conferindo-lhes assim relações e características mútuas que resultam num ciclo vicioso e recessivo (Figura 4).

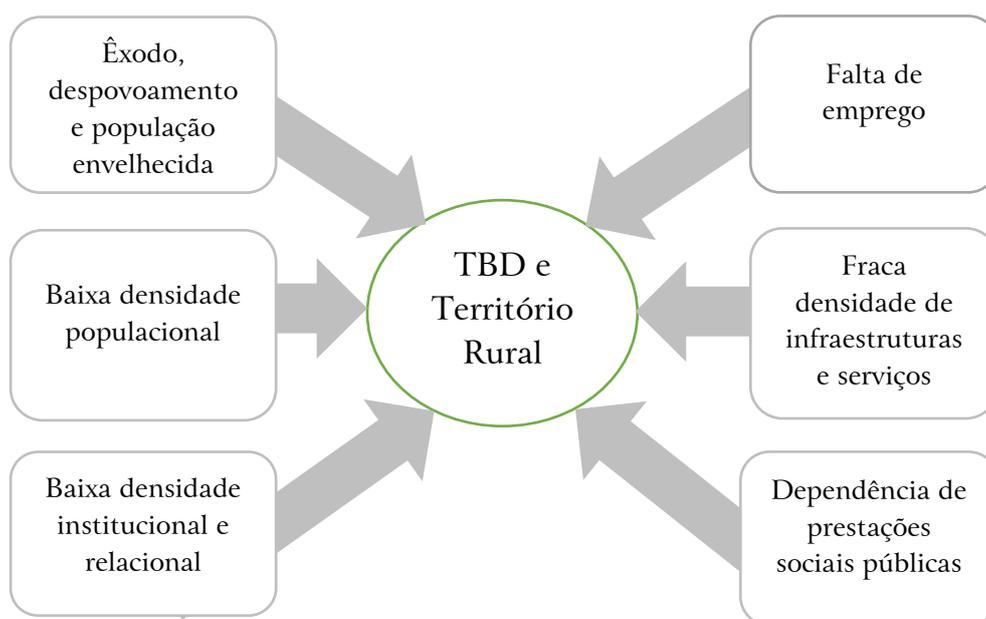


Figura 4. *Significados semelhantes para territórios de baixa densidade e território rural* (Fonte. Adaptado de Dias, (2016 p.22))

Para Baptista (1999, p. 4-5), “quando falamos de baixa densidade não nos referimos apenas à densidade populacional, mas sobretudo à densidade de polarizações e de relações, isto é, à ultrapassagem dos limites mínimos de capacidade organizativa, de capitais, de saberes e competências dos agentes locais e de iniciativa institucional”. Neste sentido, caracterizar territórios de baixa densidade e territórios rurais tendo presente apenas questões da ruralidade e da baixa densidade demográfica torna-se insuficiente.

Os TBD apresentam ainda economias bastante tradicionais com maior incidência no setor primário e tendencialmente no setor secundário, que para Figueiredo e Ferrão (2008) se deve sobretudo pelo domínio da atividade agrícola e pela indústria transformadora muito presente na cultura destes territórios e pela disponibilidade de recursos. Atualmente, e segundo Baptista (2006, p. 87), estes territórios tendem a ser espaços que se podem classificar como pós agrícolas, mas que ainda apresentam um elevado distanciamento aos mercados e serviços mais desenvolvidos, possuindo uma fraca coesão socioterritorial com níveis muito baixos de capital humano, onde predomina uma população envelhecida e dispersa no território, em que sobretudo os jovens migram para áreas de elevado crescimento (Litoral), que segundo Martins e Figueiredo (2008, p. 3-4), se deve:

- À evolução do sector agrícola para modelos de produção menos intensivos em mão-de-obra;
- Ao declínio das atividades extrativas face à concorrência externa;
- À deslocalização das indústrias para economias emergentes com menores custos.

Associado a estes fatores, o baixo nível de formação e qualificação (elevada taxa de analfabetismo) da população acarreta consigo outros problemas, nomeadamente ao nível competitivo destes territórios, bem como das exigências dos mercados cada vez mais especializados num mundo cada vez mais tecnológico, levando à elevada dependência em relação a fatores externos.

Deste modo, torna-se importante perceber porque é que ocorre a baixa densidade nestas áreas e o que é que está na origem deste problema. Ora, este facto deriva sobretudo do resultado de um modelo de desenvolvimento económico muito virado para as atividades agrícolas durante o período do Estado Novo e posterior entrada para

a CEE em 1986 e que não refletiu as verdadeiras necessidades dos territórios, provocando atraso no tecido industrial, na incapacidade de influenciar os decisores políticos e ao fraco investimento privado nestas áreas. Para além das questões sociais e institucionais, estes territórios apresentam ainda várias debilidades estruturantes (Figura 5).

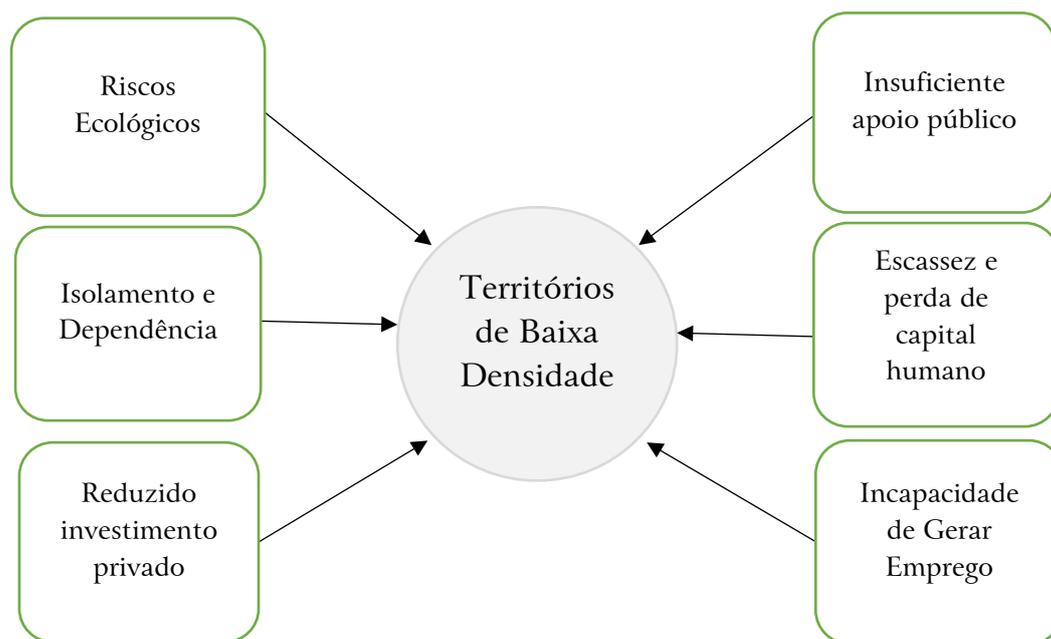


Figura 5. *Vulnerabilidades e ameaças que se colocam ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade* (Fonte: Adaptado de Dias, (2016 p.28))

Tendo presente os problemas estruturais dos TBD, Covas e Covas (2015) referem que estes problemas estruturais “levam forçosamente ao despovoamento, fragilidade socioeconómica e ao decréscimo da competitividade (económica e territorial), originando um ciclo vicioso e regressivo dos territórios”. Este ciclo negativo coloca inúmeros entraves ao processo de desenvolvimento e de resiliência aos territórios, não conseguindo competir nomeadamente com os territórios do litoral no que diz respeito ao investimento privado que poderia ser feito nestas áreas.

Deste modo, Ferrão (2003) afirma que a dicotomia entre o Litoral e o Interior é cada vez mais visível, em que o litoral se apresenta cada vez mais sob pressão, enquanto o interior se caracteriza como adormecido/sonolento. Esta dicotomia deve-se em larga medida pelo “processo de modernização” que emergiu nos anos 60 do século XX que

veio potencializar o contraste litoral/interior do país, ou seja, um litoral urbanizado, industrializado, infraestruturado e demograficamente dinâmico, e um interior rural, marcadamente agrícola, subdesenvolvido e demograficamente repulsivo (Ferrão 2002, p. 154).

Neste seguimento e tendo presente a Figura 6, são apresentadas diversas leituras tendo presente os vários domínios descritivos para os Territórios de Baixa Densidade segundo diversas entidades e estudos feitos a respeito do tema.

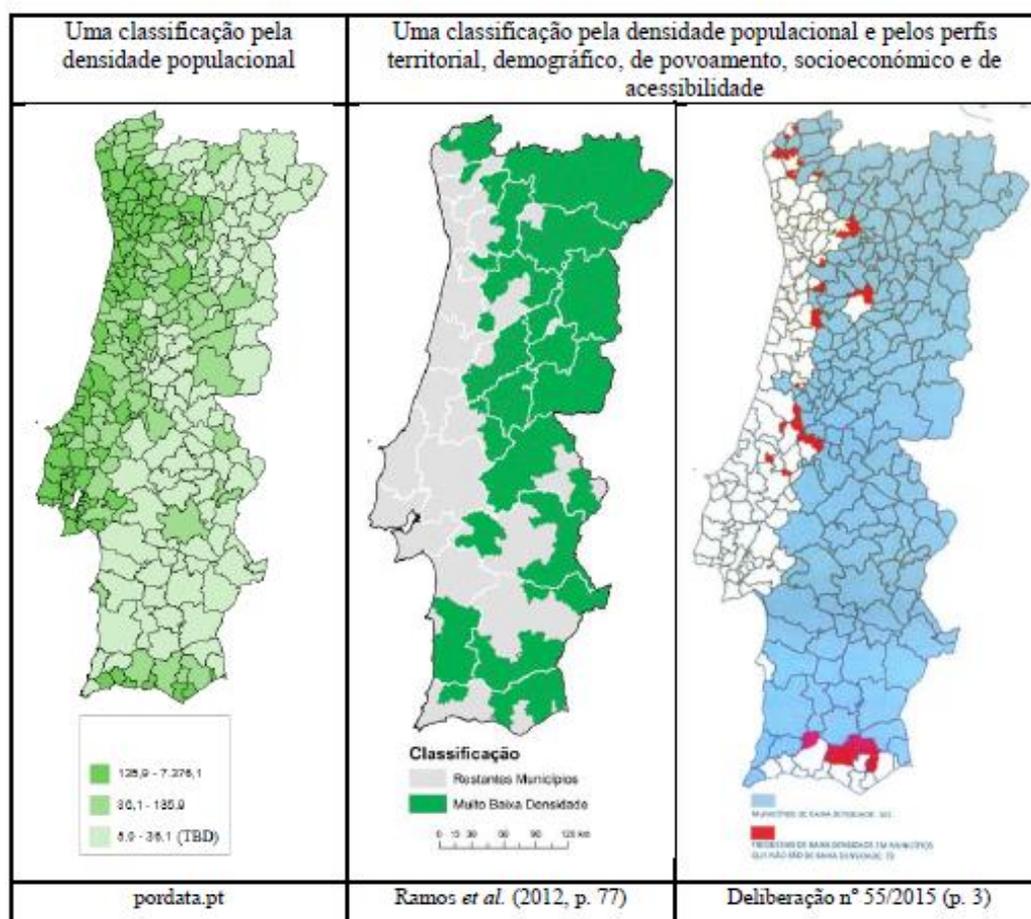


Figura 6. Os territórios de baixa densidade (Fonte: Dias (2016, p.36))

Interpretando o mapa do território português produzido pelo *Pordata.pt*, o critério de classificação para os territórios de baixa densidade assenta apenas na densidade populacional. Esta classificação permite constatar que segundo a densidade populacional, os territórios que estão localizados na faixa Litoral, na região do Algarve

e os que sofrem de influência das GAM apresentam os maiores valores de concentração humana. Em sentido inverso, o Interior apresenta os valores mais baixos.

Olhando agora para os mapas produzidos pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) sob proposta da Associação Nacional de Municípios (ANM), e para Ramos et al. (2012), a classificação feita considera não apenas a densidade populacional, mas também o perfil territorial, demográfico, de povoamento, socioeconómico e de acessibilidades. Esta classificação permite constatar que o país se desenvolve a ritmos diferentes, e que só uma pequena parte do território português (litoral) não apresenta qualquer território como sendo de baixa densidade. Esta descrição vem na linha do que Ferrão (2002) afirma como sendo um Portugal a duas velocidades, onde o interior se torna cada vez mais esquecido, enquanto o litoral sofre de elevada pressão.

Resumindo, o desenvolvimento e classificação dos Territórios de Baixa Densidade assente numa abordagem multicritério permite a melhor interpretação das características de cada território, facilitando a correta e imparcial operacionalização de determinadas políticas orientadas para a promoção, desenvolvimento e coesão socioterritorial do território nacional.

2.2. Que desenvolvimento para os territórios com estas características?

Nas últimas décadas, a realidade portuguesa modificou-se substancialmente muito por via dos elevados fluxos migratórios para os grandes centros urbanos, especialmente para a zona do litoral, que conduziram ao despovoamento de muitas regiões do interior do país levando estas áreas a enfrentar graves desafios no que diz respeito ao desenvolvimento e atratividade.

Deste modo, apesar das fragilidades apresentadas por estes territórios (fraca densidade demográfica, de relações e atividades económicas, elevado número de população envelhecida, elevada dependência em relação a fatores externos, bem como acessibilidades e mobilidade reduzidas), os TBD apresentam um conjunto de potencialidades que podem e devem ser aproveitadas de modo a promover o seu

desenvolvimento e coesão territorial. Assim, apesar de algumas cidades de média dimensão localizadas no interior do país terem conseguido algum dinamismo, as políticas de desenvolvimento regional não têm produzido resultados satisfatórios e impactos positivos sobre os territórios de baixa densidade. Deste modo, Ferrão e Lopes (2003, pp. 139-141), sugerem “a necessidade do reforço da capacidade individual, social e institucional nos processos de aprendizagem coletiva por parte das comunidades locais, visando a afirmação do mundo rural no que diz respeito à sua especificidade e autonomia”.

Os territórios de baixa densidade, sendo marcados por constrangimentos específicos aos níveis sociodemográfico, económico, de sustentabilidade e do emprego, leva a que estes territórios evidenciem maior dificuldade em se afirmar como pólos de desenvolvimento e interesse externo. Porém, o mundo rural ainda que enfrente desafios, tem-se verificado em determinadas áreas rurais condições favoráveis ao desenvolvimento sustentado, que segundo Pezzini (2011, pp. 135-136), se deve ao facto dos “decisores políticos terem vindo a reconhecer que a prosperidade económica não se restringe apenas às áreas metropolitanas e que muitas zonas rurais podem cuidar de si próprias no mercado global de diversas maneiras”.

Posto isto, as áreas rurais não são atualmente sinónimo de declínio ou isolamento. Esta mudança deve-se sobretudo pelas questões relacionadas com o custo de vida e espaço, por via da deslocação das indústrias e serviços para zonas suburbanas e rurais, pela disponibilidade de novas e diversificadas oportunidades de emprego, pela crescente procura por áreas residenciais em espaços rurais derivado da procura por melhor qualidade de vida e pelos menores níveis de poluição e stress destas áreas. Noutro ponto de análise, as redes de transporte e de acessos são importantíssimas para o desenvolvimento de qualquer território, pois não só facilitam a mobilidade de pessoas e mercadorias como torna possível a recriação das zonas rurais. Outros fatores de elevada importância para o desenvolvimento são a criação e dinâmicas dos chamados “clusters” industriais, do desenvolvimento agroindustrial, da valorização dos setores considerados tradicionais, a importância do turismo e do desenvolvimento endógeno.

Segundo a Comissão Europeia (1997) citada por Matos (2013, pp. 48-49), um dos bons exemplos da implementação de estratégias de desenvolvimento territorial de base local são os Pactos Territoriais para o Emprego. Estes pactos assentam essencialmente no estabelecimento de parcerias de base territorial, que tinham por objetivo:

- sublinhar a importância das iniciativas de natureza local no combate ao desemprego;
- identificar as dificuldades e as perspectivas de cada ator local e regional no que diz respeito ao emprego;
- mobilizar os recursos disponíveis a favor de uma estratégia integrada para a criação de novas oportunidades de emprego;
- melhorar a integração e coordenação de medidas a favor da criação e manutenção do emprego.

Neste contexto, os projetos devem ser conduzidos ao nível mais próximo do cidadão (abordagem ascendente ou *bottom-up*), que implicam a existência de parcerias, de projetos inovadores para o território que sejam multissetoriais e abrangentes.

Um bom exemplo de sucesso dos *clusters* é o caso de Silicon Valley, na Califórnia, que segundo Abramovay (2000, p. 10), tudo começou pela implantação naquele território a partir dos anos 50 do século passado, de um conjunto de empresas ligadas à indústria da eletrónica, de redes e de sistemas de informação, mas também pelo facto de nessa área se ter criado um ambiente de cooperação favorável à troca de informação indispensável ao processo de inovação que acabou por transformar o território no maior parque de inovação tecnológica do mundo.

Deste modo, Baptista (1999, p.10-11) considera que os territórios de baixa densidade apesar das suas fragilidades, necessitam de ser reconhecidos como espaços de oportunidades vocacionados nos seus recursos próprios (humanos, tecnológicos, naturais), que são potenciadores de dinâmicas, de competitividade, de inovação e de criatividade.

Assim, é necessária especial atenção a todas as iniciativas que promovam o desenvolvimento de relações de proximidade assentes na articulação territorial (coesão territorial) e funcional entre as áreas urbanas e rurais, que promovam o estabelecimento de redes (individuais e institucionais), de mobilidade e conhecimento.

Estes territórios, devem assim estar integrados num sistema articulado que de acordo com as suas especificidades promova a sua afirmação, dê voz aos seus atores por via da participação ativa e estimule o desenvolvimento e coesão territorial. Defende-se ainda o desenvolvimento integrado e capaz assente nos recursos, nas potencialidades locais existentes, na modernização, bem como na qualificação dos recursos humanos constitui a marca identitária de cada território, valorizando-se desta forma o capital territorial.

2.2.1. A importância do capital territorial

Os territórios de baixa densidade apresentam valores e potencialidades que, segundo Silva *et al.* (2010, p. 5), manifestam-se sobretudo “através da existência de elementos patrimoniais (recursos geológicos, hídricos, florestais, ambientais, paisagísticos, culturais, históricos, etc.), de grande valor e que se encontram, regra geral, por explorar”.

Ora, estas potencialidades endógenas fomentadas e geridas de forma sustentável podem e devem constituir o grande motor ao desenvolvimento dos territórios, que segundo Reis (2012), citado por Dias (2016, p. 40) reflete “a esperança do meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber-fazer”) dos seus habitantes e das empresas da região” pressupondo assim uma abordagem às diferentes áreas estratégicas a ter em consideração para este tipo de territórios (Figura 7).

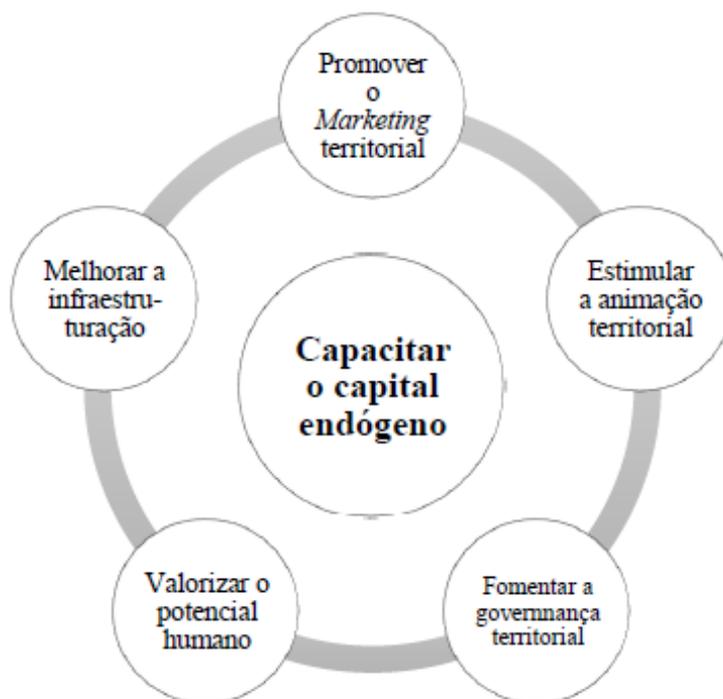


Figura 7. *Modelo de desenvolvimento endógeno* (Fonte: Dias (2016, p.40))

Assim, é com base no capital territorial disponível e na sua capacitação, voltada para o capital endógeno que os Territórios de Baixa Densidade devem apostar, na medida em que “a inovação, o aproveitamento dos recursos endógenos, a competitividade, a sustentabilidade e a coesão” se devem impor “como os fatores essenciais para refletir e definir formas de intervenção adequadas às especificidades dos territórios”. (Silva *et al.* 2010, p. 4)

Por sua vez, Camagni (2008) citado por Matos (2013, p.52) refere que o desenvolvimento territorial endógeno é visto como um processo complexo, e que deve ter em conta aspetos como:

- recursos locais e a sua sustentável exploração (potencial endógeno);
- interpretação da competitividade que um determinado local inspira, ao invés da simples disponibilidade de capital;
- assente na criatividade mais do que na presença de mão-de-obra qualificada;
- valorização da conectividade e da interação relacional;
- defesa da identidade local.

Vários autores apontam mesmo que as perspectivas de desenvolvimento para estes territórios se traduzem na sua capacidade de valorizar e mobilizar os seus recursos, isto é, de recorrer ao seu capital territorial enquanto estratégia de desenvolvimento que passa pela valorização “quer ao nível do capital produtivo quer do capital humano” como afirma Azevedo et al. (2012, p. 1).

Atualmente e cada vez mais, as novas tecnologias têm um impacto muito significativo nos processos de capacitação dos territórios. Deste modo, pessoas e empresas nos mais diversos lugares acabam por ter acesso a mais e melhores oportunidades de se conectar e colaborar entre si.

Com a evolução tecnológica a um ritmo cada vez maior, a economia tende a ser cada vez mais em rede o que torna crucial dotar os ativos humanos de mais e melhores qualificações, investindo na sua formação, bem como criar incentivos ao empreendedorismo, criando novas oportunidades de emprego para as populações.

Deste avanço tecnológico resultam ainda formas mais descentralizadas de produção de bens para as empresas, resulta ainda na crescente participação pública nos processos de decisão promovendo deste modo a boa governança, e neste sentido as redes digitais têm também um grande contributo para a inovação e infraestruturação tecnológica dos territórios pois proporcionam o desenvolvimento inteligente e com capacidade de atrair novos talento, criatividade e inovação.

3. A importância do poder local no modelo de desenvolvimento territorial dos territórios de baixa densidade

O modelo de governação de base territorial não foi feito sempre do mesmo modo. Após o 25 de Abril de 1974, uma das transformações na sociedade portuguesa foi o restabelecimento do poder local, que contribuiu em larga medida para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também para a autonomia de diversas entidades da administração pública nos processos que lhes estavam vetados até então.

3.1. Descentralização administrativa: notas introdutórias

Com base no artigo 267.º n.º 1 e n.º 2 da Constituição da República Portuguesa que consagra o princípio da descentralização administrativa, e estabelece que a Administração Pública deve ser estruturada de modo a evitar a burocratização, aproximar os serviços das populações e assegurar a participação dos interessados na sua gestão. Deste modo, a lei estabelece ainda adequadas formas de descentralização e desconcentração administrativas, não prejudicando a necessária eficácia e unidade de ação da Administração e dos poderes de direção. O processo de descentralização no âmbito da Administração Pública é o processo através do qual, se distribuem tarefas por pessoas coletivas ou organizações distintas do Estado essencialmente ao nível territorial de base local e institucional.

Segundo Amaral (2010) o processo de descentralização corresponde a um sistema onde a função administrativa não está confiada apenas ao Estado, mas também a outras pessoas e organismos coletivos territoriais. Deste modo, o Estado não deve ter a exclusividade e domínio das questões relacionadas com o interesse público. A descentralização concede então aos órgãos eleitos por uma coletividade/sociedade o poder de decisão sobre os assuntos de base local, em que consagra em si o direito de participação da sociedade e a autonomia, nomeadamente das Autarquias Locais em exercer a função de administrar, tendo por objetivo a eficiência administrativa e a

procura por métodos mais eficazes de satisfação das várias necessidades básicas da sociedade e do território.

3.2. Governação e governança: a relevância prática do poder local

Segundo Álvarez *et al.* (2006) citado por Dias (2016, p. 46), o poder local “multiplicou-se numa diversidade de atores públicos e privados com interesses e objetivos diferenciados”, isto é, envolvendo cada vez mais nos processos de governança, não só a administração central e local, mas também e segundo Azevedo *et al.* (2012, p. 1) “organizações não governamentais e associações civis”.

Neste sentido, nestes territórios onde os ativos são escassos, torna-se essencial a boa interação entre os diversos atores, que em articulação originam um processo de governança que tende a ser cada vez mais em rede (Figura 8).



Figura 8. Os diversos atores no processo de governança (Fonte: Adaptado de Dias (2016, p.48))

Por conseguinte, atendendo à evolução do conceito de governação para governança relacionada com a nova gestão pública, na eficiência dos serviços prestados às populações, mas também pelo domínio do Estado central, que autores como Rhodes (1997) e Stoker (1998) citados por Ferrão et al. (2015, p. 149) afirmam que “um dos objetivos da imergência do conceito de governança, era substituir as formas de regulação que se revelavam demasiado hierárquicas e rígidas, por modelos mais flexíveis e abertos envolvendo os diversos atores públicos e privados, que atuando em rede recorrem a distintas formas de participação pública”, ou seja, estava em causa a necessidade da transição de paradigmas.

Deste modo, Ferrão et al. (2015, p. 151) refere ainda que “o conceito de governança aplicada às políticas públicas implica a desconcentração geográfica, descentralização funcional e participação pública nos processos de decisão”, quer isto dizer que, por um lado defende-se a maior eficiência da ação pública por parte do Estado central, por outro, defende-se os interesses privados por via da descentralização, e por fim, num âmbito mais civilista defende-se o empoderamento da sociedade. Ou seja, todas estas conceções levantadas por instituições, empresas e pela sociedade origina naturalmente esta diferenciação em relação à necessidade de mudança de paradigmas.

Neste sentido, olhando para as fragilidades transversais aos territórios de baixa densidade (baixa densidade institucional, demográfica, entre outros), torna-se evidente que o poder local nomeadamente as autarquias locais por via da descentralização assumem elevada importância enquanto órgãos de gestão e de governação dos territórios, tendo como princípio a elaboração e implementação de estratégias de desenvolvimento local num processo de governança que tende a ser cada vez mais em rede, que como afirma Baptista (2007), ainda “se encontra muito dependente da ação das autarquias locais”.

Deste modo, é baseado essencialmente na ação das autarquias locais, mas também pelo contributo das organizações não governamentais e da sociedade em geral no que respeita às questões de coesão social, económica e territorial, que se revelam de extrema importância para o modelo de desenvolvimento. Por sua vez, também a cidadania se tem revelado muito importante, pois a participação e postura pró-ativa da sociedade contribui em larga medida para a identificação das verdadeiras necessidades destes

territórios, no que diz respeito ao desenvolvimento, à coesão (económica, social e territorial) e à equidade económica e socioterritorial.

Por via da descentralização administrativa e pelo princípio da subsidiariedade, as autarquias locais (Autarquias, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Comunidades Intermunicipais), são os principais órgãos estruturadores do desenvolvimento local e territorial destas áreas do Interior sendo o principal estratégia neste processo, que segundo Azevedo (2010, p. 9) resulta essencialmente “das fragilidades institucionais locais/regionais e da resistência do poder central em experimentar políticas públicas de base territorial”.

Neste sentido, Camagni (2008) citado por Matos (2013, p. 53) refere que nos territórios de baixa densidade a boa governança territorial passa essencialmente pela:

- criação de condições favoráveis à implementação de ações territoriais conjuntas, que se traduzam numa maior e mais comprometida participação dos diferentes atores;
- articulação mais eficaz das políticas, tendo em vista uma maior coesão social, económica e territorial;
- melhor afirmação das especificidades dos territórios e o reforço do capital social e territorial visando, através de mecanismos de cooperação, a sua conectividade e integração em conjunto com outros territórios e regiões;
- presença de líderes empenhados, que funcionem como catalisadores de recursos e promotores de iniciativas que conduzam à implementação de estratégias que se revelem decisivas para o desenvolvimento local.

4. Oliveira de Frades: Perspetivas e desafios que se colocam ao município

4.1. Caracterização física do território

Modelo digital de terreno

Com base no mapa de declive a seguir apresentado (Figura 9), o concelho apresenta diferentes níveis de elevação, verificando-se os níveis mais baixos (400m) junto ao rio Vouga (zona de Sejães) e na maioria das zonas ribeirinhas. O nível de elevação seguinte, compreendido entre os 400-700m, é bastante expressivo no território do concelho de Oliveira de Frades. Relativamente ao nível compreendido entre os 700-1000m, este surge de modo progressivo onde se destaca a Serra do Ladário e por sua vez, mais a sul do concelho com uma altitude superior a 900 metros, a povoação da Bezerreira (U. F de Arca e Varzielas). De referir que a cota mínima verificada no concelho é de 40 metros junto ao rio Vouga e a máxima de 995 metros na Serra do Caramulo.

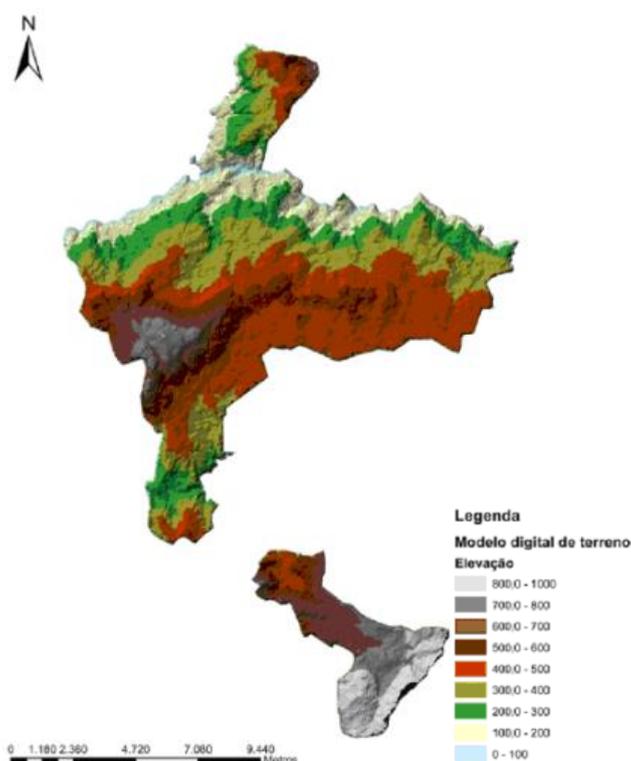


Figura 9. Carta do modelo digital de terreno (Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

Declive

Através da análise à carta de declives (Figura 10), as zonas de maior inclinação localizam-se em longo do rio Vouga e nos pontos mais elevados do território do concelho (Serra do Caramulo e Serra do Ladário). Por outro lado, à medida que nos aproximamos do centro da vila os níveis de inclinação são menores (11%-20%), conferindo-lhe uma valorização elevada em comparação com outras zonas, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade, acessibilidades e ao custo do terreno.

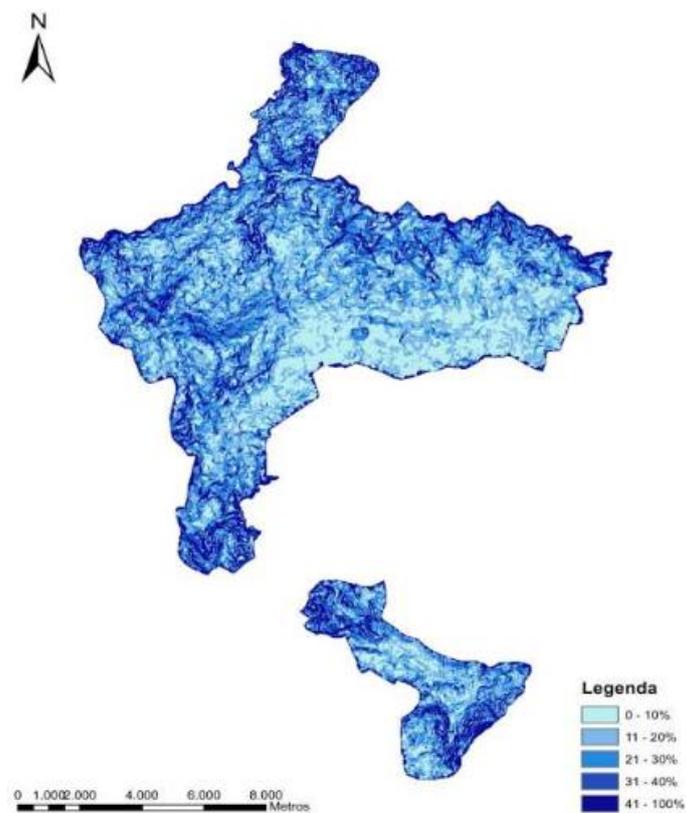


Figura 10. *Carta de declive* (Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

Exposição Solar

Relativamente à exposição solar no concelho (Figura 11), esta faz-se maioritariamente a Norte e Oeste, conferindo a estas zonas maior e melhor insolação relativamente às outras zonas, o que se reflete na qualidade dos solos, nas questões energéticas e no aproveitamento geral decorrentes da maior insolação. Também na vertente mais voltada a Este, a exposição solar é bastante expressiva

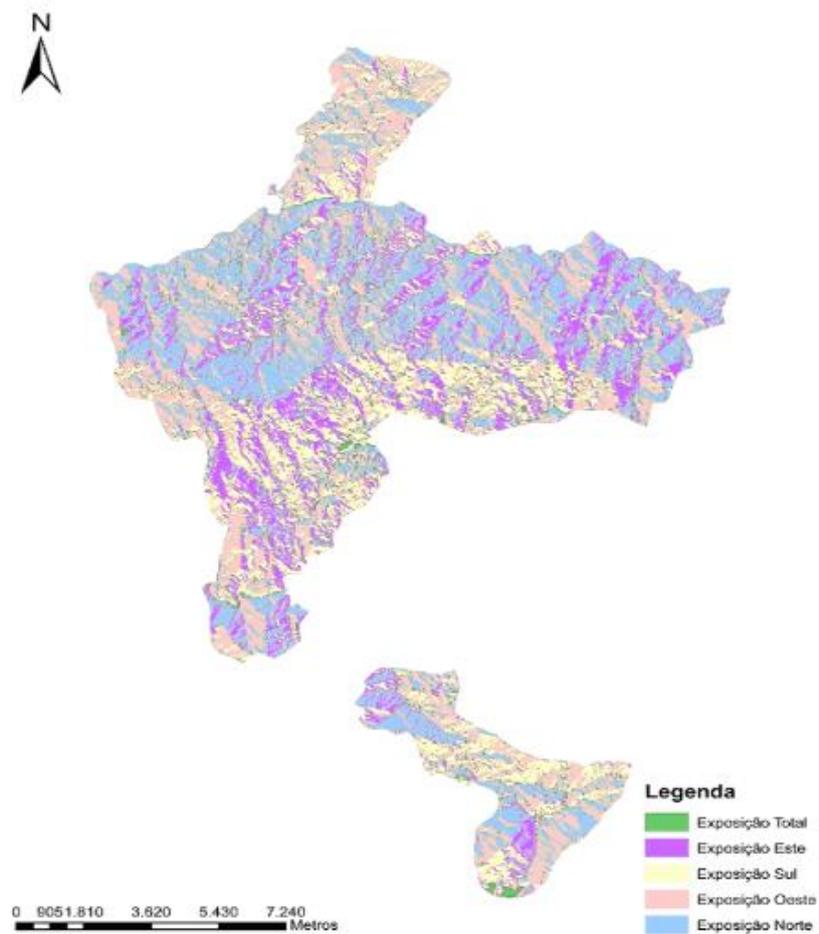


Figura 11. *Carta de exposição solar* (Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

Hidrografia

No que diz respeito à hidrografia presente no concelho de Oliveira de Frades, este insere-se na bacia hidrográfica do rio Vouga, sendo o rio Vouga juntamente com o rio Alfusqueiro os principais recursos hídricos presentes no território.

O rio Vouga que assume grande importância não só em Oliveira de Frades, mas também nos concelhos vizinhos (Sever do Vouga, Vouzela e S. Pedro do Sul), confere a estes territórios uma mais valia não apenas pelas suas magníficas paisagens das margens do rio e de toda a envolvente, mas também no caso de S. Pedro do Sul, as características particulares do rio possibilitaram a instalação de um espaço termal (Termas de S. Pedro do Sul) reconhecido a nível nacional, dispondo de serviços de relaxamento, terapêuticos, lazer, entre outros, que tornam este espaço singular e com grande importância para o desenvolvimento turístico da região.

O concelho de Oliveira de Frades por sua vez também faz jus a sua posição geográfica em relação ao rio Vouga, que atravessa o concelho a Norte. Com a instalação da Barragem de Ribeiradio/Ermida (Freguesia de Ribeiradio) trouxe consigo vantagens a vários níveis, vantagens essas na sua maioria ligadas ao abastecimento de água a grande parte do município, mas também pela produção elétrica.

Desta construção resultaram ainda vantagens ao nível do setor turístico, que apesar de já ser visível no espaço, necessita ainda de uma aposta mais forte e firme. Neste sentido, este espaço ribeirinho pode e deve servir de “âncora” para o desenvolvimento turístico do território e da própria região.

4.2. Caracterização climatológica

Relativamente à rede climatológica no concelho, Oliveira de Frades apenas tem no seu território um posto udométrico localizado na Serra do Caramulo (U.F Arca e Varzielas), sendo a gestão desta feita pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Temperatura

A temperatura é normalmente medida ao ar livre a uma determinada altura do solo e podendo variar entre os 1.25m e 2m.

O concelho de Oliveira de Frades no Inverno devido às baixas temperaturas é possível observar vários dias de geada e queda de neve nos pontos mais altos do concelho (U.F Arca e Varzielas na Serra do Caramulo). Se acordo com os dados do Portal do Clima (Gráfico 1), verificamos que os meses que registam temperatura média mais elevada são julho e agosto com valores de sensivelmente 21° e em sentido inverso, os meses mais frios são janeiro e dezembro com valores médios de aproximadamente 5,5° no período entre 1971 e 2000 para a região.

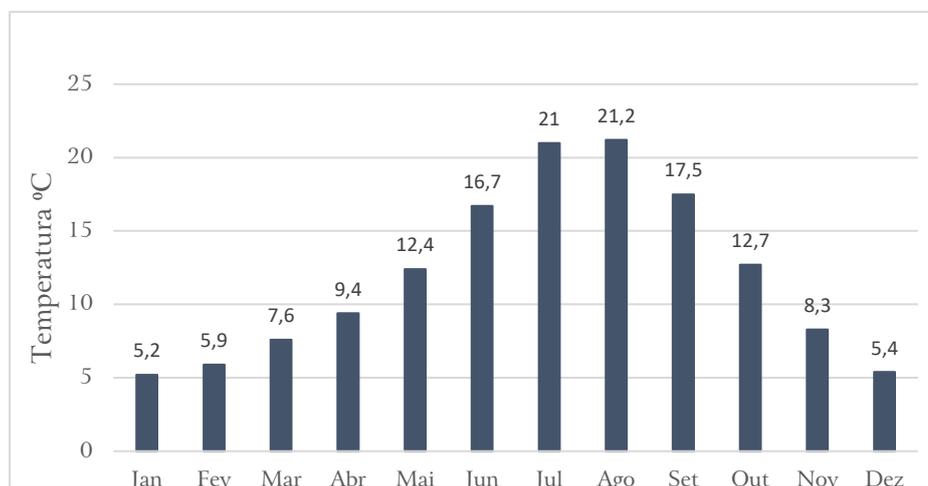


Gráfico 1. *Temperatura média para a região de Viseu Dão- Lafões no período 1971-2000* (Fonte dados: portaldoclima.pt, 2019)

Humidade

Quanto à humidade relativa do ar, que é medida em percentagem, esta corresponde à relação entre a quantidade de vapor de água existente num determinado valor de ar e a quantidade máxima que poderia haver há mesma temperatura. Esta medida pode apresentar-se de diversas formas, sob a forma de nevoeiro, neblina, geada ou orvalho. No concelho de Oliveira de Frades, após a construção da barragem de Ribeiradio/ Ermida, grande parte do concelho passou a registar grandes níveis de nevoeiro e neblina matinal, influenciando desta forma as características climatológicas do território.

Precipitação

No que respeita os níveis de precipitação (Gráfico 2), podemos verificar que no período entre 1971 e 2000, os valores médios de precipitação (quantidade de água que cai na superfície), são maiores nos meses de Janeiro (141,2 mm) e de Dezembro (166,4 mm), sendo que em sentido oposto os meses de Julho e Agosto são os que registam menores valores de precipitação (3,3mm e 5,6mm) respetivamente.

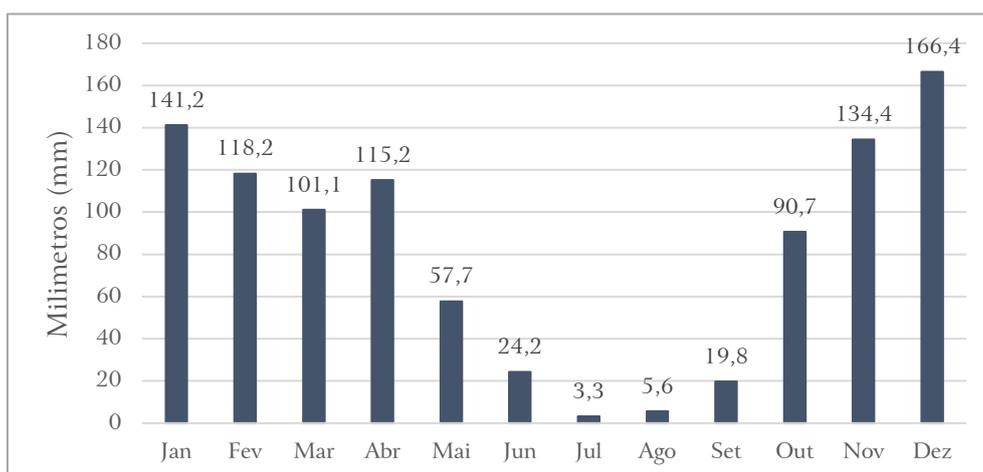


Gráfico 2. *Precipitação média mensal para a região de Viseu Dão-Lafões no período 1971-2000* (Fonte dados: portaldoclima.pt, 2019)

4.3. Caracterização dos ativos presentes no território

Demografia

Segundo dados dos Censos produzidos pelo INE, o concelho de Oliveira de Frades possui 10.261 habitantes distribuídos pelo território em 2011 (Tabela 3).

Tabela 3. *Evolução da População Residente no Concelho e por Freguesia no período de 1911 e 2011* (Fonte dados: INE- Censos. Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Concelho de Oliveira de Frades	9917	10858	10858	10080	10391	10584	10584	10261
Arca	518	550	529	415	480	442	387	359
Arcozelo das Maias	1578	1879	1817	1775	1790	1742	1617	1364
Destriz	470	532	518	520	520	480	397	347
Oliveira de Frades	1060	1360	1513	1395	1540	2040	2410	2882
Pinheiro de Lafões	1373	1488	1462	1145	1440	1333	1369	1277
Reigoso	419	444	471	420	402	390	375	341
Ribeiradio	1668	1706	1504	1715	1373	1287	1207	1011
S. João da Serra	685	685	809	695	739	719	643	524
S. Vicente Lafões	737	801	742	620	737	747	793	756
Sejães	360	358	351	200	229	259	249	200
Souto de Lafões	606	565	611	710	632	627	703	841
Varzielas	443	490	531	470	509	518	434	359

Atendendo à Tabela 3, a população no concelho registou um aumento no período de 2011 em comparação com 1911. Este aumento não foi sempre regular, registando-se em alguns momentos picos dos números de residentes (no período de 1940 e 1960 com cerca de 11000 residentes), valores estes que não se voltaram a verificar. Na década de 1970 verifica-se um decréscimo acentuado da população residente para valores quase tão baixos como os registados no início do século.

Na década de 60 e inícios de 70, os reflexos da emigração, da guerra colonial, mas também do êxodo rural induziram a situações de declínio demográfico das regiões, sobretudo do interior. Vários estudos e projeções apontam para que esta tendência de declínio seja cada vez mais visível, podendo em raras exceções ser invertida com a

vinda de estrangeiros, emigrantes que pela adoção de políticas que beneficiem a fixação de população no interior do país sobretudo nos territórios rurais.

Neste sentido, no concelho de Oliveira de Frades a população tem vindo a envelhecer a um ritmo acelerado onde os grupos etários dos mais idosos apresentam maiores valores, podendo este fenómeno se explicado por decréscimos acentuados das taxas de natalidade e pelo aumento da esperança média de vida (Tabela 4).

Tabela 4. *Outros Indicadores Demográficos para o concelho de Oliveira de Frades, 2001 e 2011* (Fonte dados: Instituto Nacional de Estatísticas- Censos 2011. Fonte: PDM Oliveira de Frades, 2015)

	Taxa de natalidade(‰)	Taxa de mortalidade(‰)	Taxa de nupcialidade(‰)	Taxa de divórcio(‰)	Taxa de fecundidade(‰)	Índice de envelhecimento
Conc. Oliv. Frades 2001	11,1	10,2	4,9	1,1	44,4	106,8
Conc. Oliv. Frades 2011	9,2	10,2	3,6	1,5	38,3	140,9

Caracterização Socioeconómica

No que diz respeito à caracterização socioeconómica da população no concelho de Oliveira de Frades (Tabela 5), podemos verificar que no município a população empregada desceu ligeiramente entre os dois períodos temporais em análise, podendo este facto pode ser explicado pela crise económica verificada em Portugal a partir de 2008, por conseguinte, a população desempregada viu crescer a sua percentagem de 5,1% em 2001 para 8,8% em 2012.

Tabela 5. *População residente segundo a condição perante a atividade económica no concelho, região Centro e Portugal – 2001 e 2012* (Fonte dados: Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População e Habitação- 2001. Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

		População total	População com atividade económica				
			Total		População empregada		População desempregada
			Total	%	Total	Total	%
Concelho de Oliveira de Frades	2001	10 584	4 711	44,5	4 469	242	5,1
	2012	10 261	4 798	48,4	4 380	418	8,8
Região Centro	2001	2 348 397	1 067 864	45,5	1 006 373	61 491	5,8
	2012	2 327 755	1 056 225	45,0	940 211	116 014	10,9
Portugal	2001	10 356 117	4 990 208	48,2	4 650 947	339 261	6,8
	2012	10 047 621	4 780 963	46,2	4 150 252	630 711	12,6

Neste sentido, importa salientar que a maioria da população com atividade económica é essencialmente masculina enquanto que a população desempregada é do sexo feminino. Este facto pode ser explicado pelo facto de o setor de atividade predominante no concelho ser a atividade agrícola e a indústria transformadora (trabalho fisicamente muito exigente). Estes valores podem ainda estar relacionados com a mentalidade ainda muito tradicional que a maioria da população tem, em que os homens trabalham e as mulheres são domésticas.

No que diz respeito à população sem atividade económica, esta é constituída por 4043 pessoas no ano de 2001 e de 3920 pessoas em 2012. (Tabela 6)

Tabela 6. *População residente no concelho, com 15 ou mais anos, sem atividade económica, perante a condição de atividade económica no período 2001e 2012* (Fonte dados: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação- 2001 e 2012. Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

Período de Referência	Total			Estudante			Doméstica			Reformada, aposentada ou na reserva			Incapacitados para o trabalho			Outras		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
2001	4043	1469	2576	716	298	418	682	5	677	2144	897	1247	222	118	104	279	151	128
2012	3920	1514	2406	616	277	339	543	27	516	2308	966	1342	119	70	49	334	174	160
Taxa de Variação (%)	3,0%	3,0%	7,1%	16,2%	7,6%	23,3%	25,5%	440,0%	31,2%	7,6%	7,7%	7,61	86,6%	68,6%	112,2%	19,7%	15,2%	25,0%

Dos dados apresentados destacam-se os reformados com uma expressão três vezes superior à dos estudantes que aparecem logo de seguida com os valores mais elevados, estando as mulheres melhor representadas em ambas as condições em análise. Quanto ao trabalho doméstico, as mulheres apresentam números esmagadores em comparação aos homens em ambos os períodos.

No que diz respeito à população empregada com atividade económica por setor de atividade no concelho (Tabela 7), os maiores valores nos dois períodos temporais em análise são: o setor secundário e terciário. Em sentido inverso o setor primário regista piores valores pela predominância de uma economia apenas de subsistência.

Tabela 7. *População residente, empregada, segundo o setor de atividade económica, no concelho, região centro e Portugal – 2001 e 2012* (Fonte dados: Instituto Nacional de Estatísticas, Recenseamento Geral da População e Habitação- 2001 Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

	Período de referência	TOTAL	Primário		Secundário		Terciário	
			HM	%	HM	%	HM	%
Oliveira de Frades	2001	4 469	795	17,8	1 886	42,2	1 788	40,0
	2012	4 380	367	8,2	1 903	42,6	2 110	47,2
Região centro	2001	1 006 373	68 479	6,8	383 536	38,1	554 358	55,1
	2012	940 211	35 018	3,5	282 800	28,1	622 393	61,9
Portugal	2001	4 650 947	231 646	5,0	1 632 638	35,1	2 786 663	59,9
	2012	4 150 252	121 055	2,6	1 115 357	24,0	2 913 840	62,6

Por sua vez, o setor que teve maior crescimento percentual foi o terciário, passando de 40% em 2001 para os expressivos 47,2% em 2012, enquanto que o setor secundário teve apenas uma ligeira subida. No que respeita ao setor primário, os valores registados são modestos caindo para mais de metade o número de população com emprego ligado a este setor.

Comparando os valores à escala regional e nacional, podemos verificar que a tendência do setor primário é de decréscimo, assim como do setor secundário (com exceção de Oliveira de Frades a registar um aumento) enquanto que o setor terciário regista grande crescimento em todas as escalas territoriais em análise muito por via da expansão e modernização dos serviços e do impacto do turismo.

Setor Primário

Atendendo à Tabela 8, podemos verificar que o concelho de Oliveira de Frades apresenta uma população agrícola ainda bastante significativa. Ao olharmos para o período temporal de 1999, cerca de 40% da população do concelho era agrícola.

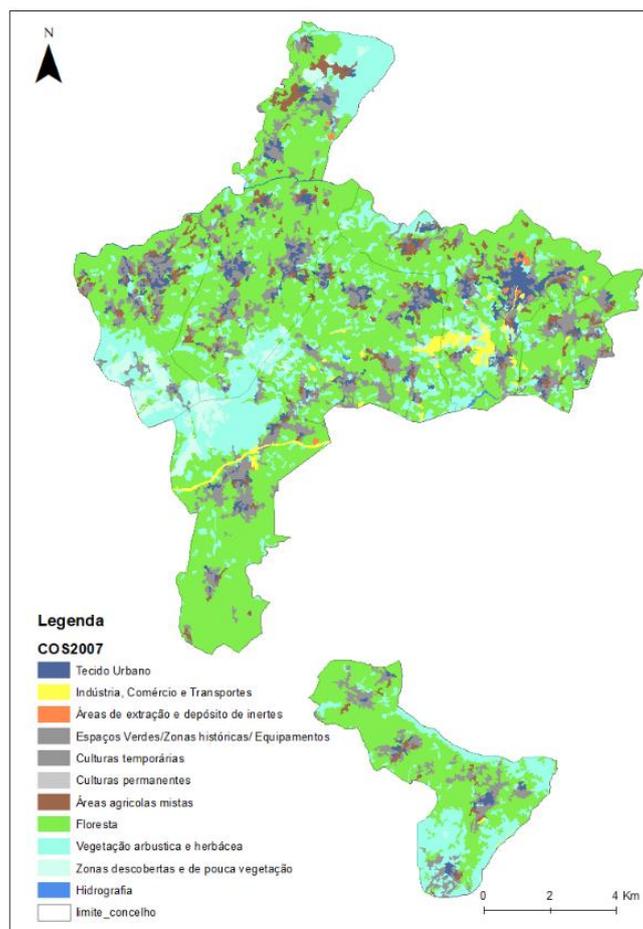
Tabela 8. *População agrícola - dados gerais* (Fonte dados: Instituto Nacional de Estatística-Recenseamento Geral da Agricultura - 1999 e 2011 por freguesia e no concelho Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2015)

	Período de referência	População Residente	População agrícola		N.º de Explorações	População agrícola por exploração	Superfície agrícola utilizada (há)	População agrícola por superfície agrícola utilizada (há)
			V.A.	%				
Concelho de Oliveira de Frades	1999	10584	4274	40,4	1141	3,7	1 863	2,3
	2011	10261	2539	24,7	805	3,2	1 489	1,7
Arca	1999	387	225	58,1	58	3,9	81	2,8
	2011	359	134	37,3	31	4,3	78	1,7
Arcozelo das Maias	1999	1617	668	41,3	188	3,6	316	2,1
	2011	1364	461	33,8	82	5,6	270	1,7
Destriz	1999	397	280	70,5	75	3,7	114	2,5
	2011	347	175	50,4	38	4,6	92	1,9
Oliveira de Frades	1999	2410	277	11,5	79	3,5	115	2,4
	2011	2502	150	5,9	36	4,2	75	2
Pinheiro	1999	1369	463	33,8	138	3,4	259	1,8
	2011	1277	223	17,5	54	4,1	186	1,2
Reigoso	1999	375	250	66,7	61	4,1	120	2,1
	2011	341	178	52,2	45	4,0	104	1,7
Ribeiradio	1999	1207	639	52,9	155	4,1	250	2,6
	2011	1011	348	34,4	69	5,0	193	1,8
São João da Serra	1999	643	429	66,7	117	3,7	167	2,6
	2011	524	310	59,2	64	4,8	142	2,2
São Vicente de Lafões	1999	793	326	41,1	89	3,7	150	2,2
	2011	756	206	27,2	53	3,9	114	1,8
Sejães	1999	249	176	70,7	42	4,2	71	3,5
	2011	200	68	34,0	13	5,2	40	1,7
Souto de Lafões	1999	703	286	40,7	72	4,0	107	2,7
	2011	841	142	16,9	32	4,4	91	1,6
Varzielas	1999	434	255	58,8	67	3,8	112	2,3
	2011	359	144	40,1	17	8,5	104	1,4

Verificando os valores para o período de 2011 estes descem significativamente, passando dos 40% verificados em 1999 para cerca de 25% em 2011. Esta mudança acontece sobretudo devido à crescente industrialização do território e da melhor qualificação da população. As freguesias que apresentam valores mais elevados de população agrícola são Destriz, Sejães, Reigoso e S. João da Serra onde estes valores ultrapassam os 65% no ano de 1999, em sentido inverso temos Oliveira de Frades a apresentar os valores mais baixos. De referir ainda que a maioria dos produtores agrícolas são homens com idade superior a 40 anos, muito por via da baixa qualificação (Ensino Básico) e ao elevado esforço físico exigido por este setor.

Com base na carta de ocupação do solo (Figura 12), podemos verificar que a ocupação do solo é maioritariamente feita por floresta no concelho, o que traduz bastante a influência deste recurso na economia local. no que diz respeito à ocupação feita pelo tecido urbano, este apresenta núcleos espalhados pelo território, coincidindo com o centro dos lugares (freguesias) onde a densidade de infraestruturas é maior.

Figura 12. *Carta de Ocupação do solo 2007* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)



Neste sentido, a importância da floresta neste tipo de territórios deve impor-se como um importante recurso, sendo que em Oliveira de Frades as maiores empresas estão ligadas à indústria transformadora deste tipo de material, o que sugere a importância deste para a economia local.

Setor Secundário

Como referido anteriormente, o concelho de Oliveira de Frades sofreu nas últimas duas décadas várias transformações ao nível do seu tecido económico. Parindo da análise à Figura 9, concluímos que existe um elevado número de empresas sediadas no concelho, contudo estas apresentam distribuições bastante irregulares no território. A União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães, alberga cerca de 75% das empresas do concelho, derivado da localização privilegiada deste território, sendo sede de concelho, pela presença da uma zona industrial e facilidade de acessos.

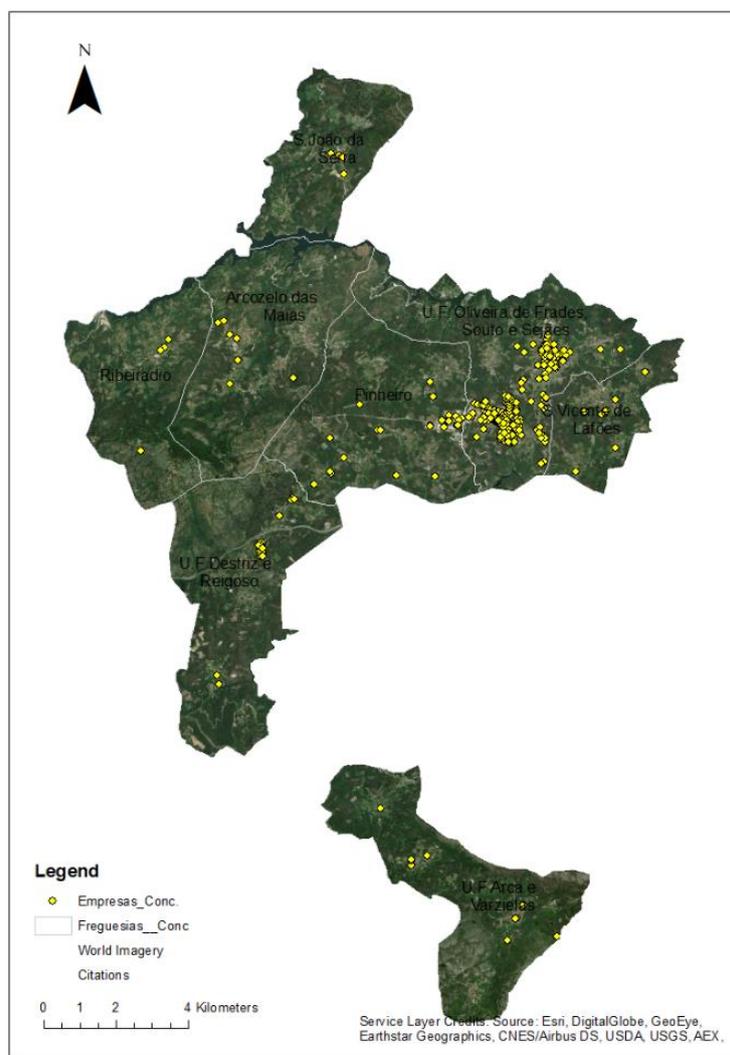


Figura 13. *Localização das empresas presentes no concelho* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

Por conseguinte, é na zona industrial de Oliveira de Frades que estão localizadas as maiores empresas do concelho (geram maiores receitas e empregam um elevado número de pessoas) sendo elas: *Martifer Group* (1578 trabalhadores), *Savibel S.A.* (69 trabalhadores), *Carmo Wood* (82 trabalhadores), *Campoaves S.A.* (159 trabalhadores), *Portax S.A.* (89 trabalhadores) e *Iberoperfil S.A.* (87 trabalhadores) de acordo como os dados do PDM de Oliveira de Frades. O setor industrial, após a criação da zona industrial revelou-se muito importante no desenvolvimento local e até regional, empregando cerca de 3500 trabalhadores dos quais cerca de 400 são de fora do concelho.

Em sentido oposto, estão as freguesias mais afastadas da sede do concelho que apresentam os piores números no que diz respeito às empresas sediadas na sua área de influência. Este facto prende-se pela distância aos centros urbanos e pela oferta reduzida de mão de obra e na sua maioria não qualificada.

Com a proximidade da autoestrada (A25), associada a políticas de incentivo por parte do executivo municipal, com vista à instalação de inúmeras empresas, que se têm afirmado como sendo de excelência a nível regional, sendo a zona industrial de Oliveira de Frades considerada uma das maiores do distrito de Viseu.

Equipamentos de apoio à população

O concelho de Oliveira de Frades apresenta uma distribuição irregular ao longo do seu território no que diz respeito ao acesso aos equipamentos de apoio à população. Conforme apresentado na Figura 14, verificamos que existe uma maior concentração de serviços e equipamentos de apoio na União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto e Sejães, sendo estes serviços de cariz comercial, Saúde e Segurança Social, Transportes e Comunicações, Ensino, Cultura e Lazer, Alojamento Turístico, etc.

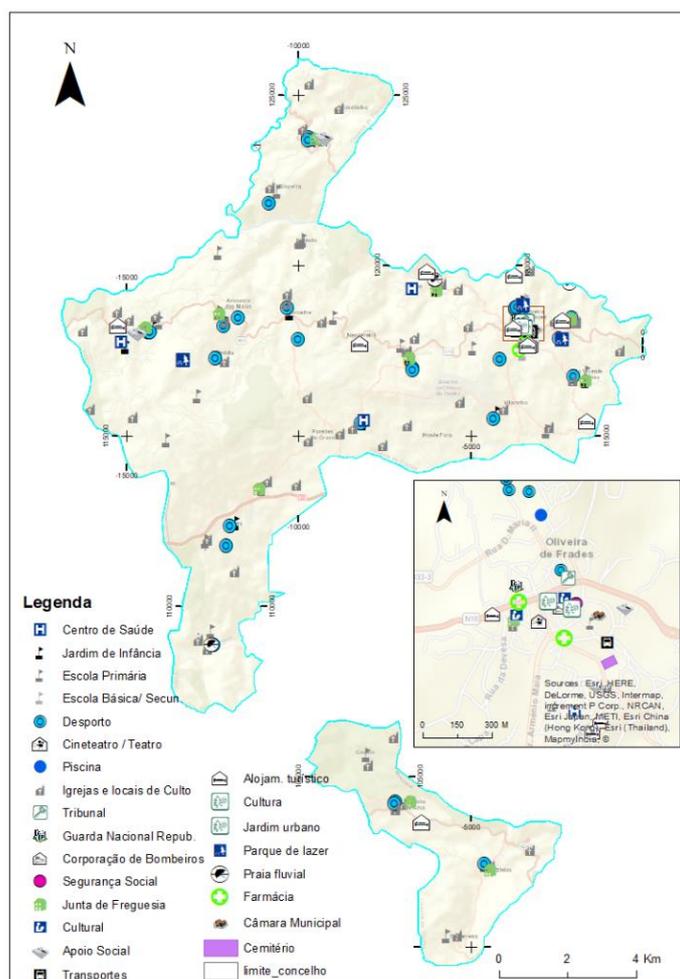


Figura 14. *Distribuição dos Equipamentos de apoio à população presentes no concelho* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

Nas restantes freguesias do concelho estão identificados alguns equipamentos e serviços tais como minimercados, estação/ posto de correios, Escola de Ensino Básico-1º ciclo, polidesportivos, etc, que se reflete na fragilidade destas áreas em conseguir fixar população e serviços.

Rede Viária e Acessibilidades

No que respeita à estrutura da rede viária presente no concelho (Figura 15), esta apresenta-se de um modo geral uniforme ao longo do território. A presença de boas acessibilidades e de fácil mobilidade, quer de população quer de mercadorias, permite o elevado desenvolvimento económico e possibilita o crescimento urbano do território. Assim sendo, a rede rodoviária assume uma grande importância, sendo um elemento estruturador e dinamizador do território. Neste sentido, há a destacar 3 eixos que se assumem como as artérias do concelho (A25; EN 333-3; EN 16) onde é possível uma mobilidade e flexibilidade superior às restantes vias, conferindo-lhes vantagens e potencialidades. Na atualidade, ter boa mobilidade e acessibilidades é sinónimo de qualidade de vida e é com base neste princípio que se torna necessário e essencial rever o sistema de transportes e mobilidade do concelho (Figura 16).

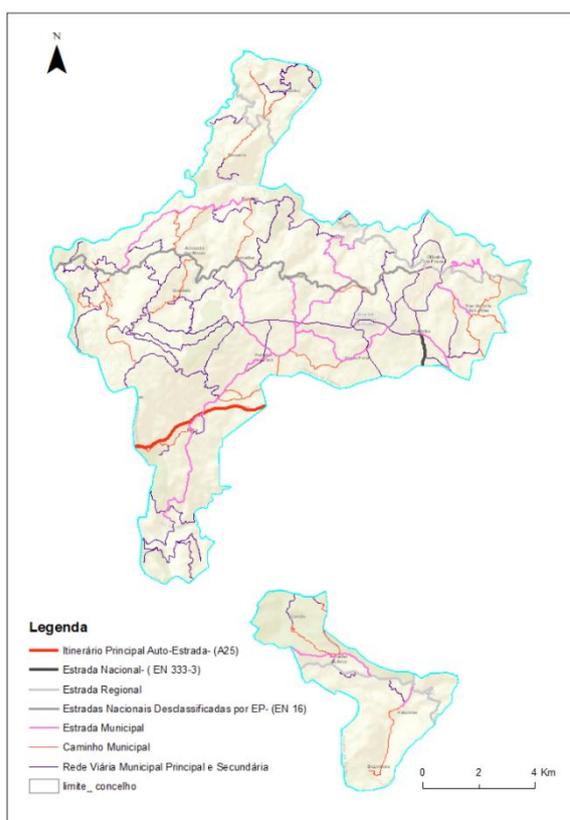


Figura 15. *Distribuição da Rede Viária no concelho* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, adaptado 2019)

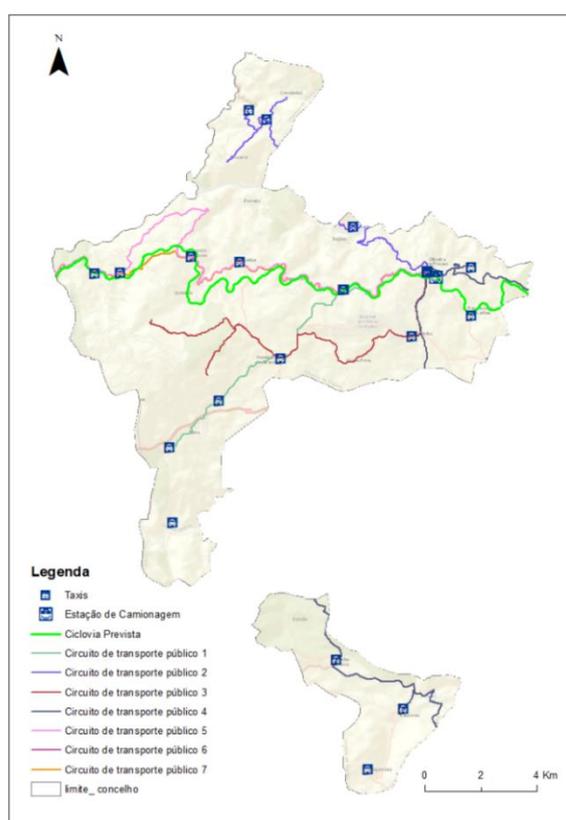


Figura 16. *Rede de Acessibilidades e de Mobilidade no concelho* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, adaptado-2019)

De acordo com a Planta de Condicionantes existem 5 níveis hierárquicos da rede viária, segundo o Plano Rodoviário Nacional 2000 (Decreto Lei nº.222/98, de 17 de julho e posteriores alterações) sendo eles:

- Rede rodoviária nacional;
- Estradas regionais;
- Estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da EP (Estradas de Portugal);
- Municipal principal;
- Municipal secundária.

O concelho de Oliveira de Frades viu na década de 90 encerrada a linha de Caminho de Ferro do Vale do Vouga (atualmente prevista a infraestruturização de uma ciclovia), tornando o transporte rodoviário o único no concelho.

Foi com base neste marco da história do concelho que a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) em parceria com a Universidade de Aveiro desenvolveu um estudo de mobilidade sustentável para o concelho, em que identificaram 5 áreas de intervenção prioritárias, são elas:

- Proporcionar às população melhores condições para usufruir dos principais serviços públicos, comércio, equipamentos e locais de emprego;
- Qualificar os aglomerados urbanos no troço da EN 16;
- Qualificar a vila de Oliveira de Frades do ponto de vista da mobilidade pedonal;
- Qualificar a vivência humana;
- Criar sustentabilidade institucional

5. Que desenvolvimento para o concelho?

De modo a promover o desenvolvimento do território de Oliveira de Frades, é necessário adotar estratégias e medidas nos seus múltiplos domínios que visem a promoção do capital territorial. Deste modo através da análise SWOT (Tabela 9) feita para o município, é possível verificar quais as oportunidades a valorizar num futuro próximo.

Domínios	Pontos Fracos- Ameaças	Pontos Fortes- Oportunidades
Enquadramento regional	<ul style="list-style-type: none"> • Pequena acessibilidade interna no concelho (Vila de Oliveira de Frades a algumas freguesias mais distantes) 	<ul style="list-style-type: none"> • Posição geográfica favorável no eixo rodoviário Aveiro/ Vilar -Formoso • Interesse demonstrado por ações de âmbito intermunicipal
Caracterização física	<ul style="list-style-type: none"> • Relevo acentuado que dificulta a acessibilidade e a prática da agricultura • Mau ordenamento florestal: incêndios florestais, aumento da produção de espécies de crescimento rápido e falta de limpeza da floresta • Falta de ordenamento do território nos aglomerados fora da sede de concelho • Falta de sensibilização para a conservação da natureza 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de valores paisagísticos e elevada diversidade biológica • Rios afluentes do Vouga e margens com potencialidades de recreio e lazer • Ambiente de qualidade significativa • Produtos tradicionais de qualidade • Floresta com grande capacidade produtiva
Património, cultura e turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de divulgação e informação ao visitante • Mau estado de conservação de alguns valores patrimoniais, bem como a sua descaracterização • Falta de animação cultural, turística e de lazer • Pouca oferta de serviços profissionais especializados no turismo, bem como falta de equipamentos • Pouco aproveitamento do património natural e construído como base para o turismo • Falta de identificação e classificação de zonas de interesse patrimonial • Falta de dinamismo do comércio tradicional • Falta de parque de campismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada oferta ao nível do património arqueológico, arquitetónico, cultural e natural • Possibilidade de implementar ações na área do turismo em espaço rural • Boas condições ambientais, paisagens de grande qualidade cénica (Serra da Freita e Caramulo), abundância de cursos de água geralmente despoluídos e alguns monumentos naturais • Boas condições para turismo de natureza e desportos radicais • Boa gastronomia • Alterações paisagísticas que irão ser criadas pela Barragem de Ribeiradio
Demografia	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população e diminuição da taxa de crescimento natural • Decréscimo da população na maioria das freguesias do concelho • Desaparecimento (desertificação) de algumas localidades • Migração da população jovem • Pouca cidadania, baixo nível de informação e de participação dos cidadãos 	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento da população na sede de concelho • Regresso de alguns emigrantes para as suas povoações de origem • Capacidade de retenção de população em idade ativa devido à boa oferta de emprego • Capacidade da vila para absorver perdas das freguesias vizinhas • Capacidade de retenção da população superior ao da região de Dão Lafões

Análise SWOT (continuação)

Domínios	Pontos Fracos- Ameaças	Pontos Fortes- Oportunidades
Atividades económicas	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de agricultura praticado é muito artesanal e de baixa rentabilidade • Pequena dimensão das parcelas agrícolas e florestais que provoca dificuldades na inserção de novas tecnologias • Subaproveitamento do potencial endógeno e diminuição das áreas de cultivo • Falta de apoio à comercialização de produtos tradicionais • Idade avançada da população ativa no sector primário • Fragilidade do tecido empresarial, industrial e agrícola • Baixo nível de instrução da população mais velha (principalmente as mulheres) 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos endógenos de qualidade reconhecida • Grande desenvolvimento industrial • Oferta de lotes infraestruturados para uso industrial com boas condições de aquisição • Projeção de Oliveira de Frades como polo de desenvolvimento industrial • Existência de serviços diversificados de apoio à produção • Baixos níveis de desemprego no concelho • Existência de associações de desenvolvimento local • Regresso de alguns emigrantes com capacidade de investimento • Saber fazer da população mais velha
Infraestruturas e equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo índice de cobertura das infraestruturas de saneamento básico e de tratamentos de resíduos • Insuficiência ou falta de equipamentos básicos, bem como desigualdades na sua distribuição • Sistema de transportes pouco eficaz • Falta de ensino técnico-profissional • Serviços de urgência médica apenas durante o dia • Má distribuição da rede de escolas primárias • Falta de descentralização do sistema de saúde bem como de infraestruturas de apoio à mesma 	<ul style="list-style-type: none"> • Novo centro de saúde • Nova igreja • Espaços verdes de qualidade • Existência de aeródromo (único na região)
Rede viária e acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade interna insuficiente e acesso difícil às freguesias mais distantes • Falta de transportes públicos e dependência com os dias e horários escolares • Degradação da rede viária e falta de condições de circulação para os peões • Falta de interligação do sistema de transportes públicos com o dos outros concelhos vizinhos 	<ul style="list-style-type: none"> • Boas acessibilidades rodoviárias ao litoral e a Espanha (IP5 e A25) • Novas ligações viárias entre as margens do Vouga que a Barragem de Ribeiradio irá proporcionar
Ordenamento do território	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco envolvimento e participação dos cidadãos • Falta de qualificação dos centros urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande empenho da Câmara Municipal em elaborar e executar os PMOT's • Implementação do Sistema de Informação Geográfica

Tabela 9. *Análise SWOT para o município* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

Com base na interpretação feita à Tabela 9, podemos identificar várias áreas estratégicas, que vêm ao encontro do que foi apresentado anteriormente, nomeadamente no que diz respeito à valorização do capital territorial. De destacar as oportunidades relativas ao património e turismo, à demografia e às atividades

económicas, pois é essencialmente nestes domínios que está a “chave” para o desenvolvimento e valorização do território.

5.1. Valorização/promoção do potencial endógeno do concelho de Oliveira de Frades

O desenvolvimento e crescimento das comunidades sempre se pautou pelo uso dos recursos do território onde as mesmas se inserem. Deste modo, com base no processo do uso do território, foram sendo criados hábitos e costumes identitários que se diferenciam de lugar para lugar (marketing territorial).

No sentido de adequação humana às diferentes características dos territórios, os recursos endógenos passam a ter um valor acrescido quer pela estética, história, cultura, económica confere-lhes significados e valores diferentes. O valor que se tem dado aos territórios e objetos tem vindo a ganhar grande importância, e quando falamos de Turismo ainda se acentua mais esta tendência.

No concelho de Oliveira de Frades existem inúmeros locais de interesse para quem visita o território. O Património Cultural vai desde:

- património religioso classificado/ não classificado;
- património cultural arqueológico (antas, estradas romanas);
- património cultural arquitetónico classificado e não classificado;
- património geológico;
- património natural (perímetros florestais, zonas ribeirinhas).

O Museu Municipal de Oliveira de Frades oferece condições favoráveis à atracção turística e pode ser o ponto de partida para a descoberta do concelho, pois nele é possível observar algum do património do território, de que são exemplo as tradições culturais, gastronómicas, artes tradicionais, técnicas agrícolas, etc.

Neste sentido, é com base na diversificada oferta turística ao nível do património que é feita a sua descrição e localização no território (Figura 17), sendo ainda apresentado o património por freguesia para melhor visualização (ver Anexo 2).

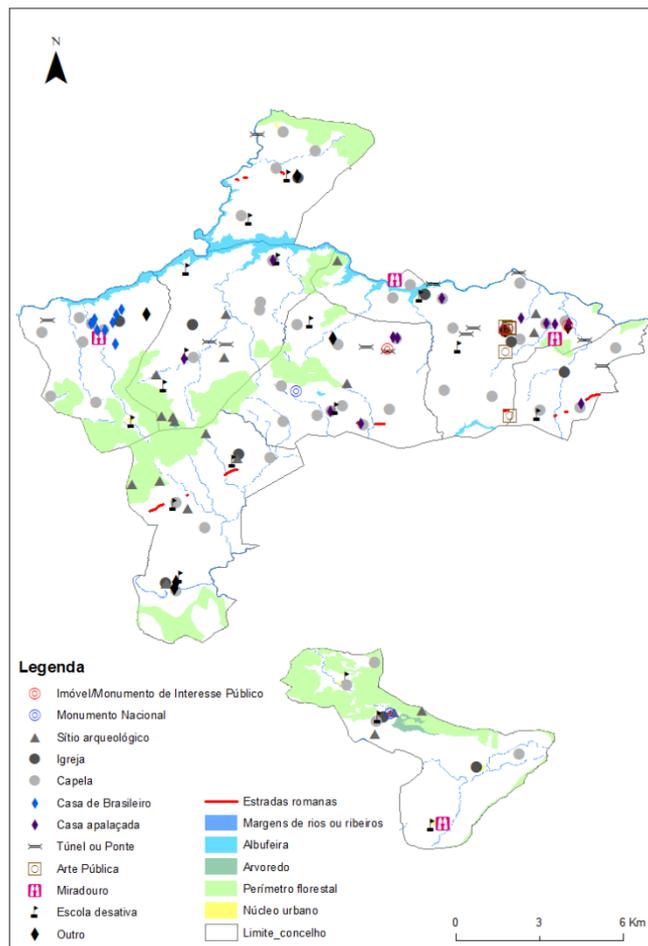


Figura 17. *Património presente no concelho* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

Tendo presente a Figura 17, o território apresenta uma distribuição regular do património ao longo do território. Contudo, alguns lugares apresentam oferta mais vasta de determinado tipo de património, como é o caso da freguesia de Ribeiradio (parte mais a Oeste do concelho) que apresenta maior número de Casas de Brasileiro em comparação com os restantes lugares, contudo o centro urbano do concelho (U. F. Oliveira de Frades, Souto e Sejães), apresenta maior diversidade. Curiosamente, a concentração dos valores patrimoniais coincide com os povoamentos ao longo do eixo da estrada nacional 16 (EN16), refutando a ideia da importância da rede viária para o território.

No que respeita ao património classificado (Tabela 10), podemos verificar o tipo de património, bem como a sua classificação e cronologia.

Designação	Pelourinho de Oliveira de Frades (U.F. Oliveira de Frades, Souto e Sejães	Anta Pintada de Antelas (Freguesia de Pinheiro)	Anta da Arca (U.F. Arca e Varzielas)	Igreja de São João Batista, (U.F. Oliveira de Frades, Souto e Sejães
Classificação	Imóvel de interesse público (Decreto n.º 23122, DG, I Série, n.º 231, de 11/10/1933, dispõe de zona geral de proteção de 50 metros)	Monumento Nacional (Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990; Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993. Dispõe de zona de proteção de 50m.	Monumento Nacional (Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910. Dispõe de zona geral de proteção de 50m.	Monumento de interesse público fixada a ZEP através da Portaria n.º 286/2013, DR, 2.ª série, n.º 92, de 14-05-2013
Cronologia	Época de Construção Século XIX-Século XX	Monumento megalítico - IV milénio A.C.	Monumento megalítico - IV milénio A.C.	Século XIII

Tabela 10. *Património Cultural Classificado* (Fonte: PDM de Oliveira de Frades, 2019)

5.2. O turismo gerador de riqueza e valorização do espaço

O setor do turismo tem ao longo das últimas décadas verificado um crescimento bastante expressivo no nosso país, que deve ser visto como “engrenagem” ao desenvolvimento dos territórios. Os municípios, devido à crescente aposta a nível nacional no turismo, vêm neste setor a oportunidade de promoção dos seus territórios (alguns com mais valências que outros), apostando cada vez mais na atratividade e na divulgação de modo a conseguir atrair visitantes e turistas de modo a fomentar a economia local e o seu desenvolvimento. Esta aposta por parte dos municípios, reflete-

se ainda na preocupação em captar investimento e procurar estar lado a lado com as novas tendências do setor.

No que diz respeito à procura destes territórios por parte dos visitantes, na hora da escolha do local a visitar, a diversidade e singularidade da oferta turística é importantíssima. Neste sentido, os alojamentos turísticos, a gastronomia típica e o património existente são dos principais fatores a ter em consideração. No concelho de Oliveira de Frades, esta aposta e este crescimento é bastante visível (Figura 18).

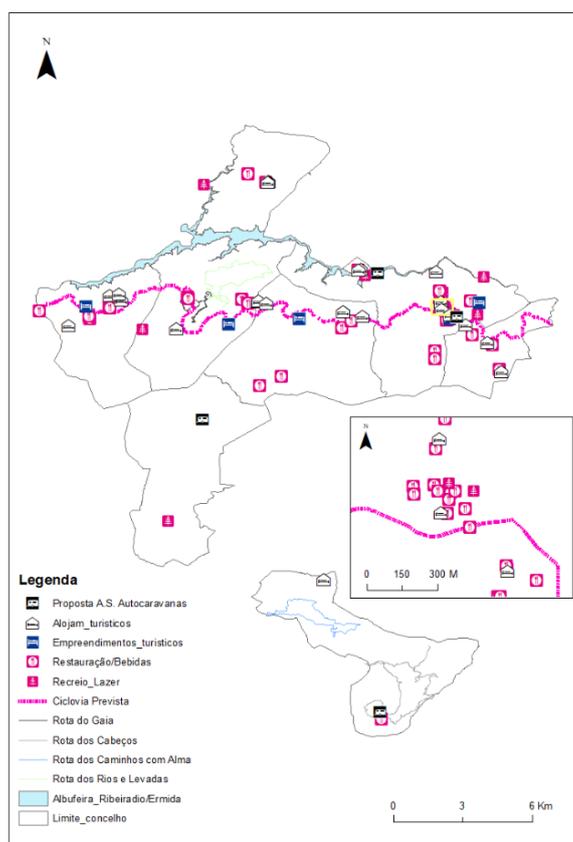


Figura 18. *Oferta turística presente no concelho de Oliveira de Frades* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

No Município de Oliveira de Frades registam-se assim 29 alojamentos turísticos. Destes 29 alojamentos, 24 correspondem a alojamento local e 5 a empreendimentos turísticos (1 Agroturismo, 3 casas de campo, 1 Hotel). De referir ainda que está em curso um projeto de empreendimento turístico com parecer favorável do Turismo de Portugal para Apartamentos Turísticos junto a albufeira do rio Vouga.

Da análise à (Figura 18), verificamos que existe uma grande diferença no que respeita ao tipo de alojamento turístico presente no concelho onde o Alojamento Local tem maior destaque em relação ao número de empreendimentos turísticos. Deste modo, a U.F de Arca e Varzielas e de Destriz e Reigoso registam os piores valores na oferta de alojamentos turísticos, derivado essencialmente da localização geográfica (zona de montanha no caso de Arca e Varzielas e zona de baixo património cultural no caso de Destriz e Reigoso), escassa oferta de equipamentos e serviços de apoio aos visitantes e população envelhecida, que deste modo contribuem para que o nível de risco de negócio deste setor seja bastante elevado nestas áreas.

Assim sendo, o setor turístico nos dias de hoje assume um papel fundamental no desenvolvimento económico e nas dinâmicas socioterritoriais dos territórios, sendo que, nos territórios rurais esta influência é maior. No que respeita às vantagens económicas, a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento do comércio local são os efeitos mais positivos da atividade turística nestes territórios. No que se refere às vantagens culturais e sociais, verificamos que existe cada vez mais intercâmbio de culturas e relações nomeadamente entre hospede/proprietário, mas também pela crescente curiosidade em participar nas várias atividades/eventos culturais da região. Contudo, existem também algumas desvantagens deste tipo de atividade, sendo a sazonalidade a maior ameaça ao seu desenvolvimento.

Restauração e Gastronomia

No que diz respeito à oferta gastronómica do concelho de Oliveira de Frades e da região, o território dispõe de elevada oferta com inúmeros locais onde é possível degustar e apreciar a “boa mesa” que existe nesta zona serrana. Ainda com base na informação apresentada na Figura 18, a grande densidade de restaurantes está localizada sobretudo no centro do concelho (zona histórica), mas também ao longo dos principais eixos rodoviários (N16), devido essencialmente ao elevado movimento quer de pessoas quer de mercadorias e pela significativa presença de serviços e equipamentos de apoio à população neste eixo rodoviário.

A gastronomia portuguesa conhecida e apreciada um pouco por todo o lado, por via da boa localização geográfica (dieta mediterrânea) deve assim ser valorizada, defendida e divulgada de modo a suscitar interesse por parte de quem a procura, promovendo sempre a autenticidade e a sustentabilidade. No concelho de Oliveira de Frades e na Região de Lafões, a oferta gastronómica é essencialmente à base dos produtos locais à base da vitela e do frango do campo de elevada qualidade e sabor.

Deste modo, pela elevada presença do setor agropecuário no concelho de Oliveira de Frades (Capital do Frango do Campo), confere a este território uma marca a nível nacional.

Percursos Pedestres

Relativamente aos percursos pedestres presentes no território de Oliveira de Frades, verificamos que existe boa oferta a este nível. Com base na análise à Tabela 11, podemos verificar a descrição do percurso pedestre, o nível de dificuldade, a sua duração, entre outras características, que de certo modo vem facilitar a escolha por parte de quem procura este tipo de atividade com vista à prática do melhor percurso que se adequa aos seus interesses.

Nome	Descrição	Duração	Extensão	Dificuldade	Início	Fim	Descrição
Rota dos Rios e Levadas	Percurso Circular	4 horas	PR* - 13 km	Elevado III (não aconselhável com pluviosidade)	Lavandeira	Lavandeira	Património Natural, edificado e religioso
Rota do Gaia	Percurso Circular	2 horas	PR* - 7 km	Médio II (não aconselhável com pluviosidade)	Arcozelo das Maiais	Arcozelo das Maiais	Património Natural, Edificado, Religioso e Vestígios arqueológicos
Rota dos Cabeços	Percurso Circular	5 horas	PR* - 18 km	Elevado III	Varzielas	Varzielas	Património natural, edificado e religioso
Rota dos Caminhos com Alma	Percurso Circular	3 horas	PR* - 10 km	Elevado III	Covelo de Arca	Covelo de Arca	Património natural, edificado e religioso
* Pequena Rota							

Tabela 11. *Percursos Pedestres existentes no concelho de Oliveira de Frades* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

Desta forma, os percursos pedestres assumem elevada importância no processo de divulgação, conhecimento e valorização dos territórios, onde o turista tem a oportunidade de estar em contacto com a natureza envolvente e descobrir as diversas

riquezas potencialidades presentes, promovendo assim estas áreas. As qualidades paisagísticas, a promoção da atividade física bem como o bem-estar pessoal e contacto com a natureza, fazem com que os percursos pedestres tenham grande valor e interesse para a comunidade em geral. Com o avanço das novas tecnologias a divulgação destes percursos foi facilitada, o que também permitiu a prática de Geocaching.

Por vezes estes circuitos são alvo de atos de vandalismo e de falta de interesse por parte de quem os gere, em que a destruição de placas e sinalização é visível bem como a falta de manutenção no que diz respeito aos arbustos que impedem a passagem, zonas de segurança derrubadas, pouca informação descritiva dos locais e relevo acidentado. Todos estes fatores fazem com que os percursos pedestres necessitem de uma avaliação acerca das suas condições, uma supervisão regular vem como ações de sensibilização acerca das mais valias deste tipo de atividade.

Área de Serviço Autocaravanas

Neste sentido de valorização do território com base na promoção do turismo e dos lugares, a prática de auto caravanismo pode ser um pilar fundamental nos processos de divulgação e desenvolvimento turístico. Geralmente, as pessoas que praticam autocaravanismos, são pessoas com elevado poder de compra que contribuem de forma direta ou indireta para a economia local, são também um agente de marketing territorial de grande valor e eficácia e são sobretudo turistas que circulam ao longo de todo o ano, combatendo a sazonalidade.

Neste sentido, as áreas de serviço para autocaravanas podem e devem ser vistas como um agente de elevada importância no desenvolvimento turístico e económico dos territórios, dotando o território de equipamento/ infraestruturas de apoio à população e aos turistas, proporcionando a melhor experiência de modo a que voltem e divulguem o território, contribuindo deste modo para o valorização e promoção da economia local e do território.

Contudo, é necessário ter em atenção alguns pontos que se revelam de grande importância na hora de escolher o melhor local para a instalação destas áreas de serviço. Assim sendo, é necessário ter em atenção as características gerais do território

bem como ter presente as várias plantas de condicionantes. É necessário então reter alguns processos fundamentais à instalação deste tipo de infraestrutura (Figura 20).

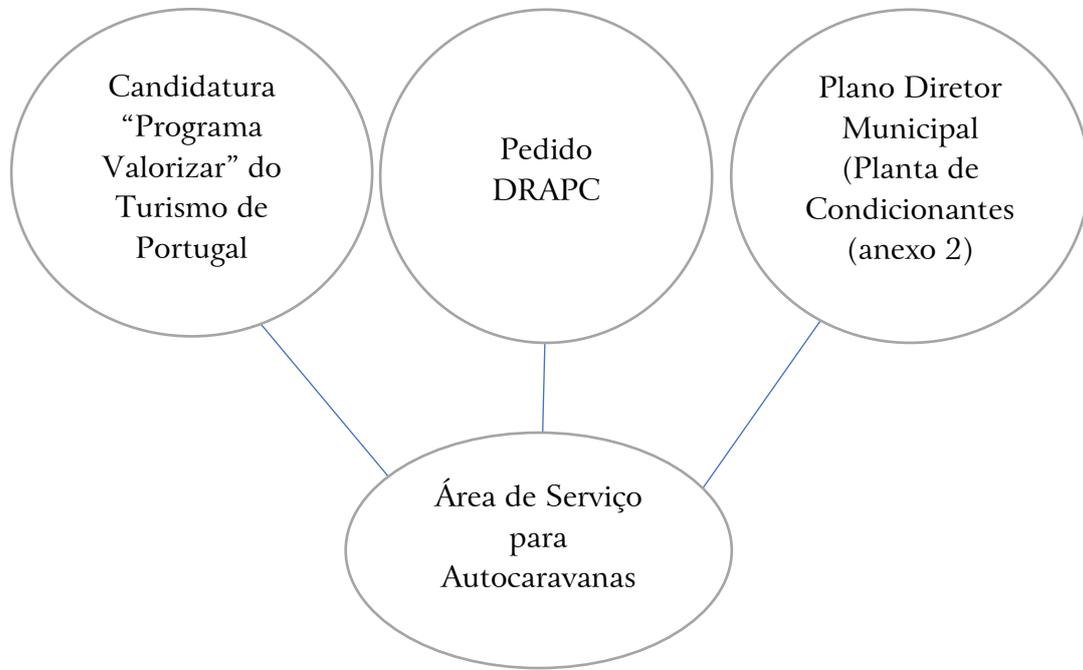


Figura 19. *Processos inerentes à instalação de Áreas de Serviço para autocaravanas* (Fonte: Elaboração própria, 2019)

6. Conclusão

Ao longo do relatório podemos constatar que as debilidades que os territórios de baixa densidade apresentam colocam inúmeros desafios às autarquias locais, nomeadamente no que respeita à incapacidade que estes territórios têm na dinamização económica, na incapacidade de captação de investimento externo e na atração de novos habitantes sobretudo jovens qualificados, provocando assim o êxodo de população destas áreas do Interior.

Estes territórios, devido às suas características enfrentam consideráveis desafios ao desenvolvimento, não apenas pelas questões demográficas, mas também socioeconómicas que originam um círculo cada vez mais regressivo e vicioso. Nesta linha de pensamento, devemos questionar-nos acerca do modelo de desenvolvimento a adotar por parte destes territórios assim, torna-se crucial a adoção de novas políticas públicas mais próximas dos interesses das populações, mas também das verdadeiras necessidades dos territórios, através do reforço da governança territorial por via da desconcentração geográfica, descentralização funcional e participação pública nos processos de gestão e decisão.

Outro modelo a adotar por parte dos territórios de baixa densidade, e em concreto pelo município de Oliveira de Frades pelas suas características, passa pelo desenvolvimento territorial que promova e valorize o seu capital territorial enquanto gerador de riqueza e emprego. Neste sentido, o potencial endógeno, o setor turístico bem como a especialização inteligente enquanto modelo de futuro, podem e devem constituir-se como uma estratégia ao desenvolvimento, onde as novas tecnologias e nomeadamente o SIG, em contexto de gestão por parte das autarquias locais, se assumem como instrumentos de grande valor para o desenvolvimento, promoção e gestão dos territórios.

Concluindo, o estágio realizado na Câmara Municipal de Oliveira de Frades possibilitou ainda aprofundar os conhecimentos adquiridos na área da geografia em contexto académico, bem como conhecer o modelo de gestão autárquica e o quão importante é esta entidade para os territórios.

Deste modo, creio que os objetivos de trabalho traçados inicialmente foram alcançados, e que as competências adquiridas serão uma mais valia na minha vida profissional.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. (2000). *O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural*, Economia Aplicada, Vol. IV, p. 10;

ÁLVAREZ, E., SALGADO, A., FERNANDES, J. & MARQUES, T. (2006). *A Governanta na Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal*. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;

AMARAL, D. (2010). *Curso de Direito Administrativo*; volume I; 3.^a edição; Almedina; p. 873;

AZEVEDO, N. (2010). *Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade. As dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro*. Tese de doutoramento. Porto, Universidade do Porto;

AZEVEDO, N., MARQUES, T. & RAMOS, L. (2012). *A governança em territórios de baixa densidade*. O caso de Trás-os-Montes e Alto Douro, IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Lisboa, p. 1;

BAPTISTA, A. (1999). *Políticas Para o Desenvolvimento do Interior: Um Contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*. Estudos Regionais (2), Comissão de Coordenação da Região Centro. pp. 4-11;

BAPTISTA, F. (2006). *O Rural depois da Agricultura*. In Fonseca, M. L. (coord.) *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa. p.87;

BAPTISTA, F. (2007). *Da agricultura ao Rural, refazer o território*. II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores locais, Memória e Relatório do Evento, UFRRJ, Rio de Janeiro;

BENTO, R., RAMOS, L., AZEVEDO, N. (2013). *Territórios de Baixa Densidade: Conceito e Aplicação ao Caso Português*, in Fernandes, Cunha e Chamusca (coord.), *Geografia & Política, Políticas e Planeamento*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT, pp. 570-572;

BILHIM, J. (2004). *Governança das autarquias locais*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação;

CAMAGNI, R. (2008). *Towards a Concept of Territorial Capital*, em R. Capello, R. Camagni, B. Chizzolini e U. Fratesi (Eds.) *Modelling Regional Scenarios for the Enlarged Europe*. Berlim;

Câmara Municipal de Oliveira de Frades (2015). *Plano Diretor Municipal de Oliveira de Frades*. Relatório, 1.^a revisão;

CARVALHO, P. (2006). *“Turismo cultural, património e políticas públicas em contextos rurais de baixa densidade”*. In SANTOS, G; VIEIRA, R. e MENDES, M. (eds.): *Actas do Congresso de Turismo Cultural, Território e Identidades*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria;

- CARVALHO, Paulo. (2009). *Planeamento, turismo e património em territórios de baixa densidade*, Biblos, n. s. VII;
- COSTA, C. & SANTOS, N. (2018). *A paisagem enquanto produto turístico e património natural e cultural. O caso da Serra da Estrela*. *Cadernos de Geografia* n.º 38 - 2018 Coimbra, FLUC;
- COVAS, A. & COVAS, M. (2015). *Multiterritorialidades – Temas e Problemas de Governança e Desenvolvimento Territoriais*, Edições Colibri;
- DIAS, T. (2016). *Perspetivas de desenvolvimento e coesão no município de Vila Pouca de Aguiar*. Tese de mestrado em Políticas Europeias: Desenvolvimento e Coesão Socio-territorial. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território- Universidade de Lisboa, Lisboa;
- FARINOS, J. (2008). *Gobernanza Territorial para el Desarrollo Sostenible*. Estado de la Cuestion Y Agenda. *Boletín de la A.G.E.*;
- FERNANDES, R. & GAMA, R. (2005). *Do digital ao inteligente: os territórios do conhecimento como estratégias de desenvolvimento e/ou de marketing territorial* *Cadernos de Geografia* n.º24/25;
- FERNANDES, R. (2007). *Cidades e regiões do conhecimento: do digital ao inteligente*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra;
- FERRÃO, J. & Lopes, R. (2003). *Zones Rurales et Capacité Entrepreneuriale au Portugal: Pratiques*;
- FERRÃO, J. & LOPES, R. (2003). *Zones Rurales et Capacité Entrepreneuriale au Portugal: Pratiques, Représentations, Politiques, Géographie, Économie, Société*, (5), pp. 139-141;
- FERRÃO, J. (2000). *Relações entre o Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Atual e Pistas para o Futuro*. Vol. 26, pp. 46-48;
- FERRÃO, J. (2002). *Portugal, Três Geografias em Recombinação: Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais*. *Lusotopie* 2002, p. 154;
- FERRÃO, J. (2003). *Dinâmicas Territoriais e Trajetórias de Desenvolvimento: Portugal 1991-2001*, *Revista de Estudos Demográficos*, INE, n.º 34;
- FERRÃO, J. (2016). *Relatório do Grupo de Trabalho Temático- Territórios Vulneráveis*. In *Governança integrada: a experiência internacional e desafios para Portugal*. Atas da conferência internacional. Lisboa: Fórum para a Governança Integrada;
- FERRÃO, J., TULUMELLO, S. & BINA, O. (2015). *Governança territorial democrática: tensões e potencialidades*. In J. Ferrão & A. Horta (Eds.), *Ambiente, Território e Sociedade*. *Novas Agendas de Investigação*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. pp. 149-155;

- FERREIRA, I. (2015). *Governança, participação e desenvolvimento local*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXX, pág. 97 – 117;
- FIGUEIREDO, E. & FERRÃO, P. (2008). *O conhecimento não cresce nas árvores: Os desafios da sociedade do conhecimento e o mundo rural em Portugal*. in *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, CD-ROM, Faro, U. do Algarve, SPER/Universidade do Algarve;
- FIGUEIREDO, E. (2009). *Ser Rural ou Parecer Rural? Representações rurais e urbanas do ambiente, do desenvolvimento e da ruralidade*, in Baptista, Jacinto e Mendes (coord.). *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Câmara Municipal de Proença a Nova, Centro de Ciência Viva da Floresta;
- JACINTO, R. (1988). *As Autarquias da Região Centro Face ao Desenvolvimento Local* Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 25/26;
- MARTINS, N. & FIGUEIREDO, C. (2008). *Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos– Das ideias à ação: visão e parcerias*. Departamento de Prospetiva, Planeamento e Relações Internacionais. pp. 3-4;
- MATOS, M. (2013). *Governança e Políticas Públicas em Territórios de Baixa Densidade*. Obtenção do grau de Mestre em Administração Pública. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas- Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa. pp.52-53;
- MENDEZ, R. (2016). *Del desarrollo a la resiliencia territorial: claves locales para la reactivación*. IX Congreso Desarrollo Local. University of Madrid. Madrid. pp. 3-24
- PEZZINI, M. (2001). *Rural Policy Lessons from OECD Countries*, International Regional Science Review, Rural and Regional Programme Organization for Economic Cooperation and Development, Paris, Vol. 24, pp.135-136;
- RAMOS, L., AZEVEDO, N. & BENTO, R. (2012). *Determinação do Conceito e Mapeamento dos Territórios de Muito Baixa Densidade em Portugal Continental*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD);
- REIS, P. (2012b). *Desenvolvimento Local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local*. Revista Científica *Exedra*. Représentations, Politiques”, *Géographie, Économie, Société*, pp. 139-141;
- REVEZ, J. (2013). *Turismo, território e desenvolvimento local- práticas de participação e governança no baixo guadiana*. Tese de Doutoramento em Turismo. Faculdade de Economia- Universidade do Algarve, Algarve;
- RHODES, R. (1997). *Understanding Governance*, Buckingham: Open University;
- SILVA, Â., LIMA, F. & CHAMUSCA, P. (2010). *Estratégias de Eficiência Colectiva em Territórios de Baixa Densidade: Reflexões a Propósito do Minho-Lima e do Tâmega*. Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia 6 a 9 de outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto), pp.4-5;

STOKER, G. (1998). *Governance as theory: five propositions*. *Internacional Social Science Journal*;

TSUKAMOTO, M. (2017). *Governança Multiníveis em Territórios de Baixa Densidade: as Comunidades Intermunicipais do Alto Alentejo e da Beira Baixa*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território- Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Webgrafia:

Comissão Europeia (1997). *Pactos Territoriais para o Emprego: Exemplos de Boas Práticas*, disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000003001000004000/000003364.pdf>;

DGT. (2018, 20 de julho). *Estratégia (Alteração)*. *Acedido a 11 de Setembro de 2019*, em: http://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/PNPOT_EstrategiaModTerritorial_20Julho2018.pdf

Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt)

Plataforma Municipal de SIG (sig.cm-ofrades.com)

Pordata (www.pordata.pt)

Legislação/ Normas

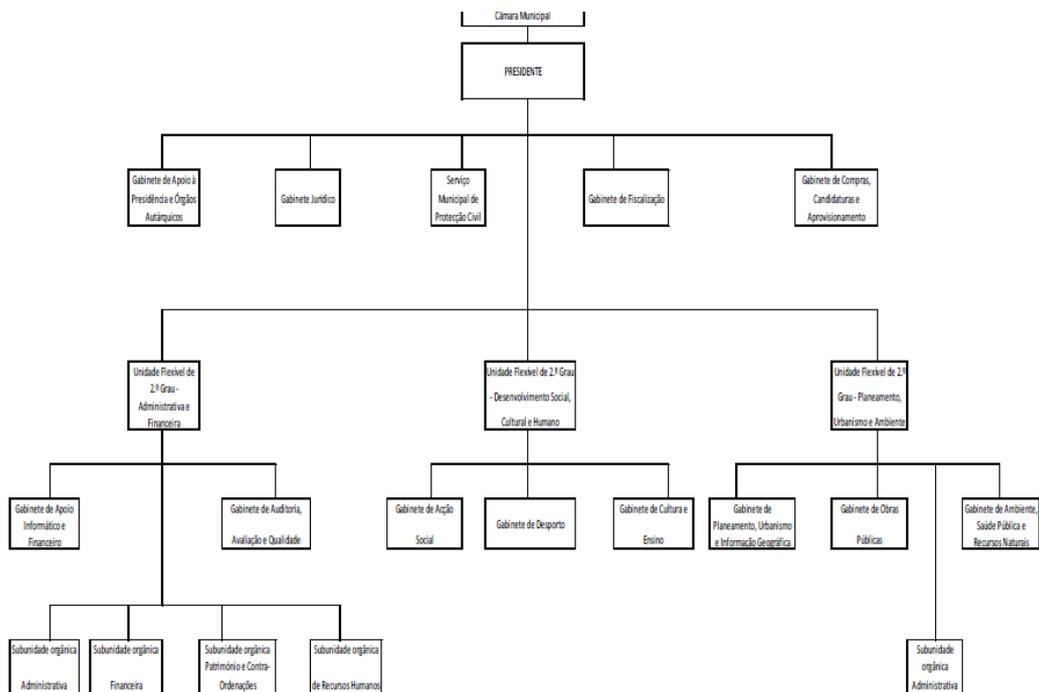
Despacho n.º 857/2011, 11 de janeiro. Regulamento de organização dos Serviços Municipais de Oliveira de Frades.

Decreto-Lei n.º 305/2009, 23 de outubro. No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto, estabelece o regime da organização dos serviços das autarquias locais.

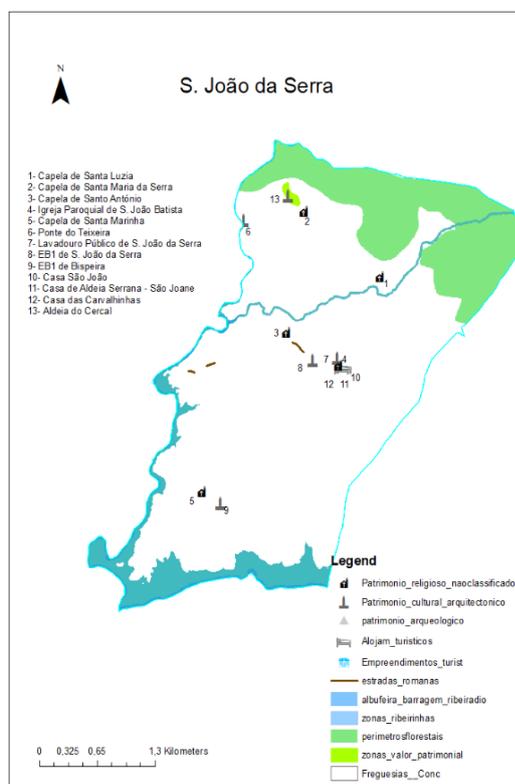
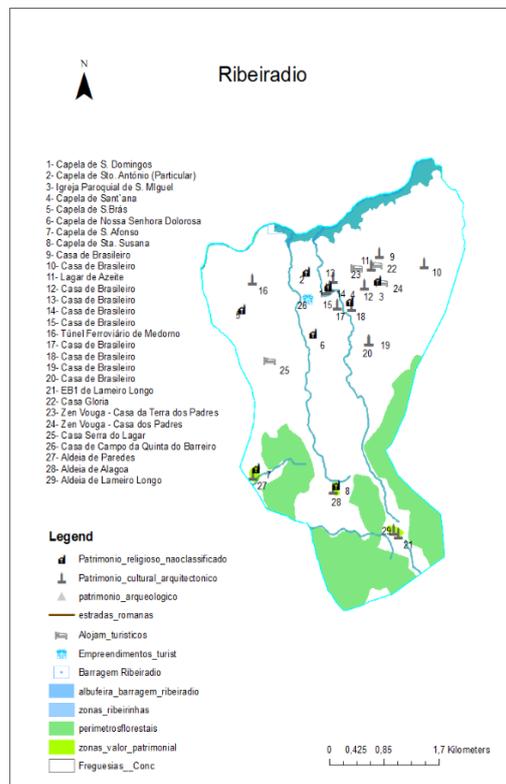
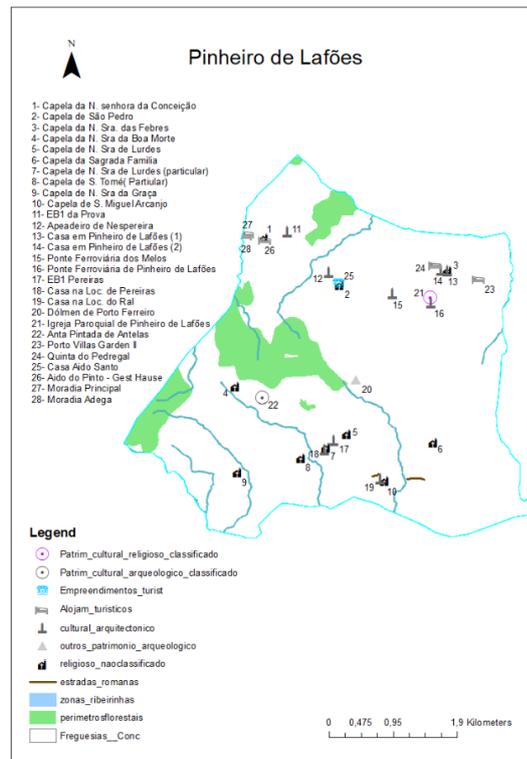
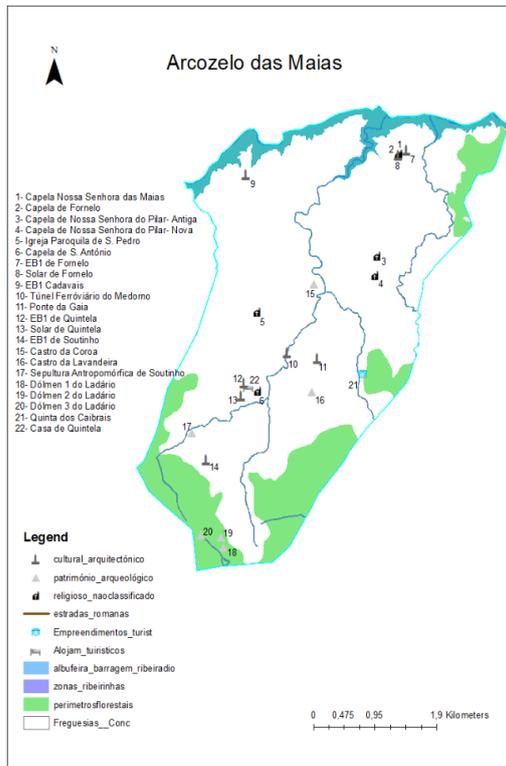
Decreto-lei n.º 86/1976, 04 de outubro. Artigo 267.º nº1 e 2 que consagra a Estrutura da Administração pública.

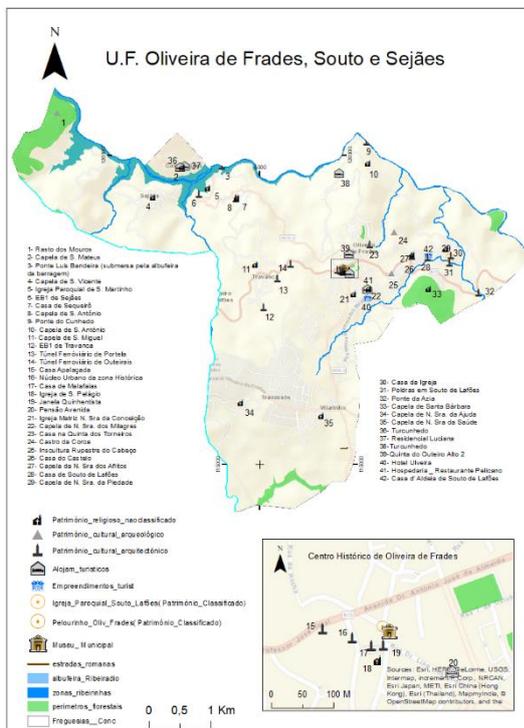
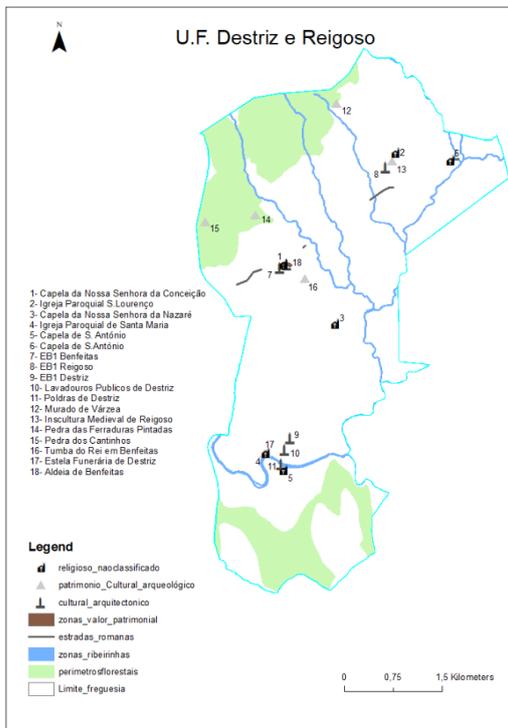
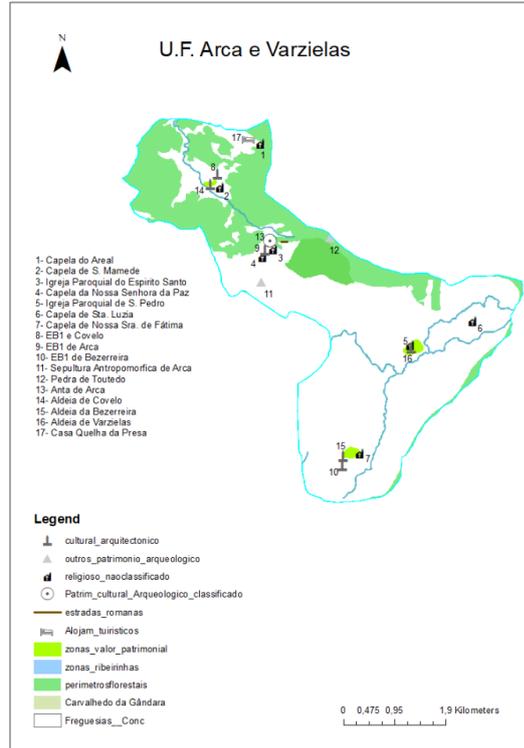
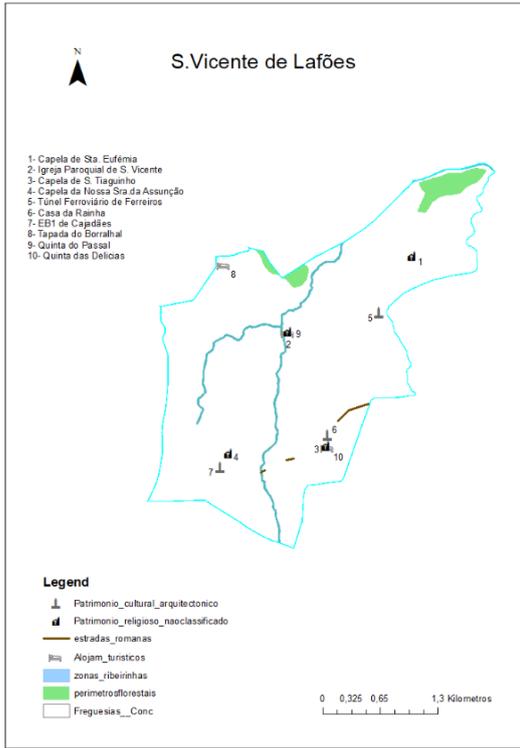
Anexos

Anexo 1. *Organograma da organização dos serviços municipais* (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

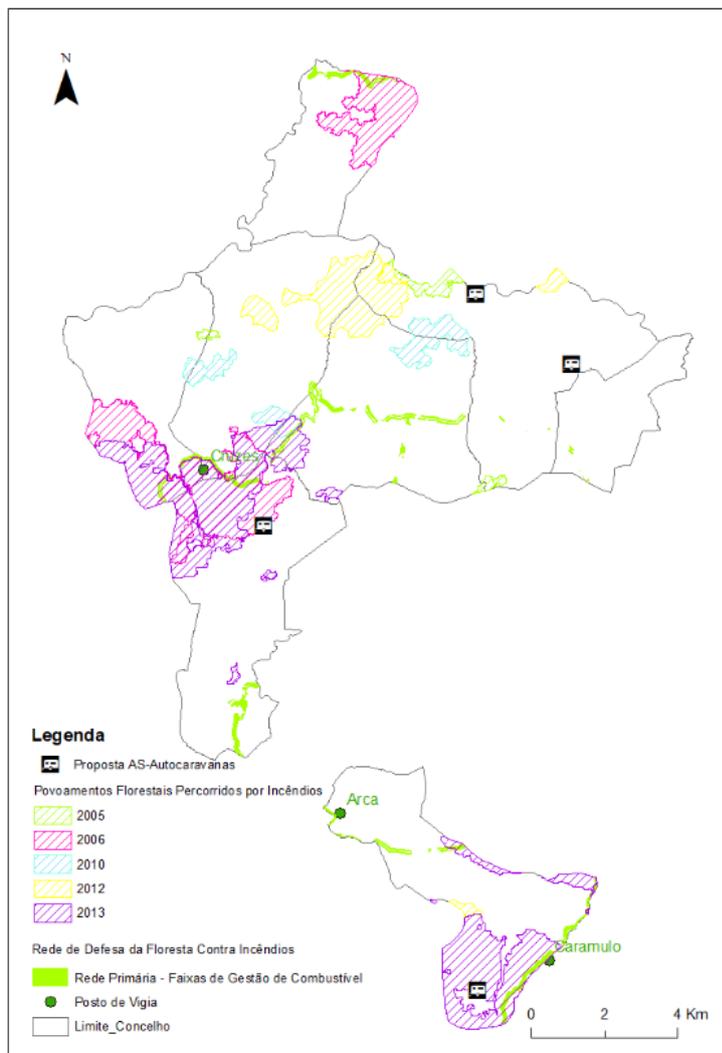


Anexo 2. Oferta turística disponível por freguesia (Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Frades, 2019)

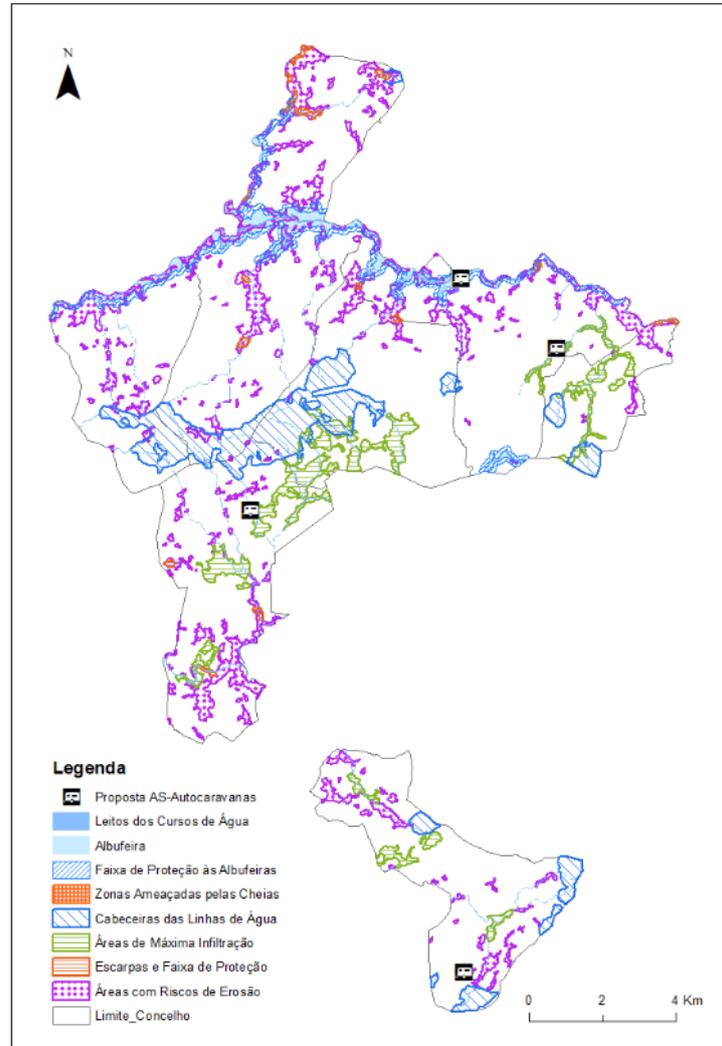




Rede Defesa da Floresta Contra Incêndios



Reserva Ecológica Nacional (REN)



Planta de Condicionantes

